

# boletim **SOCIAL** do Maranhão

Auxílio Emergencial:  
um balanço após o  
fim do programa

V.4 N.1 – JANEIRO / MARÇO

**GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO**

Carlos Orleans Brandão Júnior

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO  
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Luis Fernando Silva

**PRESIDENTA DO INSTITUTO MARANHENSE  
DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E  
CARTOGRÁFICOS**

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

**DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E  
CARTOGRÁFICOS**

Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

**DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Rafael Thalysson Costa Silva

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS  
POPULACIONAIS E SOCIAIS**

Marlana Portilho Rodrigues Santos

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS REGIONAIS E  
SETORIAIS**

Raphael Bruno Bezerra Silva

**DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E  
FINANÇAS PÚBLICAS**

Anderson Nunes Silva

**COORDENAÇÃO**Departamento de Estudos Populacionais e  
Sociais**REVISÃO TEXTUAL**

Yamille Castro

**MAPAS**

Vitor Raffael Oliveira de Carvalho

**CAPA**

Herbet Machado

**DIAGRAMAÇÃO**

Herbet Machado

**ELABORAÇÃO**

Talita de Sousa Nascimento Carvalho

Marlana Portilho Rodrigues Santos

Vitor Gabriel Moreira Freire

Maysa Thais Teixeira Póvoas

Carla Vanessa Santos Cutrim

Thiellem Cunha de Sousa Araújo

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)

Boletim Social do Maranhão – Auxílio Emergencial: um balanço após o fim do programa / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). v.4, n.1, jan./mar. — São Luís: IMESC, 2022.

54 p.

ISSN 2675 567X

Trimestral

1. Políticas Públicas 2. Políticas Sociais. 3. Maranhão. I. Título.

CDU:304 (812.1)

## APRESENTAÇÃO

O Boletim Social do Maranhão tem por objetivo fornecer indicadores atualizados sobre os mais diversos temas da realidade social do Maranhão, com a finalidade de subsidiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas do estado. Os boletins são temáticos e cada edição disponibiliza informações acerca do cenário maranhense, com recortes municipais e regionais, contextualizando-as com o país e os demais estados. Além da publicação, o Boletim Social disponibiliza uma base de dados e um infográfico com o resumo das principais informações abordadas.

A décima edição do Boletim traz como tema “Auxílio Emergencial: um balanço após o fim do programa”, com informações sobre a amplitude do Auxílio Emergencial no Brasil, Grandes Regiões, UFs e municípios em relação a pessoas beneficiadas e valores repassados, além da dimensão do programa em relação ao PIB, população e outras transferências, bem como a importância dos auxílios no combate à desigualdade socioeconômica e pobreza. O Boletim apresenta, ainda, uma seção acerca dos auxílios estaduais criados ou ampliados durante a pandemia.

Boa leitura!

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Beneficiários aprovados, em milhões, por enquadramento, no Brasil, por fase do benefício.....	16
Gráfico 2 - Beneficiários aprovados no Auxílio Emergencial, em milhões, por enquadramento, nas Grandes Regiões, por fase do benefício.....	16
Gráfico 3 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por fase do benefício no Brasil.....	17
Gráfico 4 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, nas Grandes Regiões.....	17
Gráfico 5 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, no Brasil.....	18
Gráfico 6 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, nas Grandes Regiões.....	18
Gráfico 7 - Valores nominais aprovados em bilhões, por fases do Auxílio Emergencial e total aprovado, nas UFs.....	20
Gráfico 8 - Percentual (%) dos valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, por enquadramento e por fases do benefício, nas UF.....	21
Gráfico 9 - Beneficiários aprovados, por enquadramento (%), no Maranhão, por fase do auxílio..	24
Gráfico 10 - Valor total aprovado pelo Auxílio Emergencial em relação ao PIB e média mensal em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, no Brasil (%).....	32
Gráfico 11 - Valor total aprovado pelo Auxílio Emergencial em relação ao PIB e média mensal em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas Grandes Regiões (%).....	33
Gráfico 12 - Valor total aprovado, na primeira e segunda fase, em relação ao PIB, nas UFs (%)..	34
Gráfico 13 - Valor total aprovado, na 3ª fase, em relação ao PIB, nas UF (%).....	34
Gráfico 14 - Percentual de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza (%), de acordo com as linhas de US\$ 5,50 e US\$ 1,90, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2020, com destaque para valores de 2012, 2019 e 2020.....	42
Gráfico 15 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2020, com valores em destaque em 2012, 2019 e 2020.....	43
Gráfico 16 - Percentual de pessoas em situação de pobreza (%), abaixo da linha de US\$ 5,50, no BR e nas UFs, em 2012, 2019 e 2020.....	44
Gráfico 17 - Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza (%), abaixo da linha de US\$ 1,90, no BR e nas UFs, em 2012, 2019 e 2020.....	44
Gráfico 18 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, no Brasil e nas Unidades Federativas, em 2012, 2019 e 2020.....	45

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Quantidade de beneficiários no Auxílio Emergencial, nos municípios, por fase do benefício..	22
Mapa 2 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, nos municípios, por fase do benefício..	23
Mapa 3 - Quantidade de beneficiários aprovados no Auxílio Emergencial, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, por fase do auxílio.....	26
Mapa 4 - Valores nominais aprovados no Auxílio Emergencial, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, por fase do auxílio.....	27
Mapa 5 - Cobertura de beneficiários do Auxílio Emergencial, por fase, nos municípios brasileiros.....	29
Mapa 6 - Cobertura de beneficiários do Auxílio Emergencial, por fase, nas Regiões de Desenvolvimento..	31

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características do Auxílio Emergencial, por fase.....	10
Tabela 2 - Beneficiários, em milhões, por situação e fases do Auxílio Emergencial, e beneficiários aprovados (%) no Brasil e Grandes Regiões.....	15
Tabela 3 - Quantidade de beneficiários no Auxílio Emergencial, nas Unidades Federativas, por fase do benefício.....	19
Tabela 4 - Beneficiários, em milhares, por situação e fases do Auxílio Emergencial, no Maranhão..	24
Tabela 5 - Os cinco maiores e os cinco menores municípios maranhenses em quantidade de beneficiários e valores aprovados, por fase do benefício.....	25
Tabela 6 - Municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior proporção de beneficiários do Auxílio Emergencial em relação à população total estimada pelo IBGE e os dez municípios brasileiros com maior proporção na primeira fase.....	30
Tabela 7 - Municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior proporção de beneficiários do Auxílio Emergencial em relação à população total estimada pelo IBGE e os dez municípios brasileiros com maior proporção na segunda e terceira fase .....	30
Tabela 8 - Média mensal do AE em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas UFs (%)..	35
Tabela 9 - Posição dos municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior representatividade na relação AE/PIB, na primeira fase do Auxílio Emergencial.....	36
Tabela 10 - Posição dos municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior representatividade na relação AE/PIB, na segunda e terceira fase do Auxílio Emergencial.....	37
Tabela 11 - Os cinco municípios maranhenses com o maior valor médio mensal do AE em relação aos valores médios mensais do Programa Bolsa Família, das Transferências Constitucionais, da Aposentadoria Rural e do Benefício de Prestação Continuada, em valor percentual (%), na primeira, segunda e terceira fase do Auxílio Emergencial.....	38
Tabela 12 - Média mensal do AE em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão (%).....	39
Tabela 13 - Valor do AE em relação ao PIB, por fase do benefício, nas Regiões de Desenvolvimento (%)...	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
AR	Aposentadoria Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CGU	Controladoria Geral da União
ExtraCad	Beneficiários do Auxílio Emergencial que não fazem parte do CadÚnico
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGN	Ignorados
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MC	Ministério da Cidadania
ME	Ministério da Economia
MEI	Microempreendedores Individuais
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa Com Deficiência
PIB	Produto Interno Bruto
P.P.	Pontos Percentuais
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SIDRA	Sistema de Recuperação Automática
TC	Transferências Constitucionais
UF	Unidade de Federação

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. METODOLOGIA.....	10
3. BENEFICIÁRIOS E VALOR: Brasil, grandes regiões, UFs, municípios e regiões de desenvolvimento..	14
4. DIMENSÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO, PIB E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS: Brasil, grandes regiões, UFs, municípios e regiões de desenvolvimento...	28
5. POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA: Brasil, grandes regiões e UFs.....	42
6. AÇÕES DO GOVERNO DO MARANHÃO E DE OUTRAS UFS.....	47
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	55

# 1. INTRODUÇÃO

O Auxílio Emergencial (AE) foi um benefício criado pelo Governo Federal para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19 (novo coronavírus), aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, por meio do Projeto da Lei Nº 13.982 de abril de 2020. (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>).

O AE foi implementado em três fases, desenhadas conforme a conjuntura pandêmica, com duração total de 1 ano e 4 meses. A primeira fase do Auxílio Emergencial foi constituída inicialmente por três parcelas (abr/2020 a jun/2020) com valores mensais de R\$ 600 (auxílio individual) e R\$ 1.200 (para famílias chefiadas por mulheres). Posteriormente, o AE recebeu uma extensão de prazo para os meses de julho e agosto de 2020, por meio do Decreto Nº 10.412 em junho de 2020. O público-alvo da primeira etapa do AE foram: idade superior a 18 anos, sem emprego formal ativo, não fosse titular do benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programas de transferência de renda federal (exceto Bolsa Família), cuja renda familiar mensal per capita fosse de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total fosse de até três salários mínimos, entre outros. Para as pessoas que estavam no Programa Bolsa Família e recebiam valores inferiores ao Auxílio Emergencial, seria disponibilizado o valor do auxílio.

A segunda fase do AE, denominada Auxílio Residual, teve duração de quatro meses (set/20 a dez/20). A Medida Provisória nº 1.000/2020 que instituiu o AE Residual trouxe mudanças em relação à primeira fase, como o valor das parcelas, que passou a ser de R\$ 300 (auxílio individual) e R\$ 600 (para as famílias chefiadas por mulheres), assim como poderiam ser pagas entre 0 e 4 parcelas, a depender do mês de término do recebimento das parcelas referentes à primeira fase, além de outras restrições, a saber: não estaria apto a receber as parcelas do AE Residual quem tivesse iniciado vínculo empregatício formal ou que tenha obtido benefícios previdenciários ou assistencial ou seguro-desemprego após o recebimento da primeira fase do auxílio, entre outros, que acabaram reduzindo os valores totais repassados e a quantidade de indivíduos contemplados.

Em 2021, com o crescimento da instabilidade econômica e agravamento da situação sanitária no país, o Decreto Nº 10.661, de março de 2021 regulamentou a terceira fase do AE. Inicialmente com duração de quatro meses (de abr/21 a jul/21), novas parcelas reduzidas entraram em vigor, como: R\$ 150 para famílias unipessoais, R\$ 250 para pessoas com mais membros na família ou que em 2020 tinham dois membros recebendo o benefício e R\$ 375 para mulheres chefes de família. Ressaltando que, assim como aconteceu nas fases anteriores, na terceira fase, para o público do PBF, seria disponibilizado o benefício do auxílio emergencial nos casos em que ele superasse o valor do Bolsa Família. Após o quarto mês, o Decreto Nº 10.740, de julho de 2021, prorrogou mais três meses (ago/21 a out/21) os valores mencionados acima, finalizando o Auxílio Emergencial 2021 em sete parcelas.

Desse modo, a primeira edição de 2022 do Boletim Social traz como tema “Auxílio Emergencial: um balanço após o fim do programa”, com o objetivo de analisar a magnitude do Auxílio Emergencial no Brasil, Grandes Regiões, UFs e municípios, o seu impacto em relação ao PIB, população e outras transferências, bem como seus efeitos sobre a desigualdade de renda e pobreza. A publicação também apresenta os auxílios implementados e as ações realizadas pelo Governo do Estado do Maranhão e por outras unidades da federação.

## 2. METODOLOGIA

O Auxílio Emergencial foi um programa de transferência de renda federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo de apoiar a população no período emergencial causado pela crise do novo coronavírus. Sua implementação se deu a partir das análises da situação econômica e epidemiológica do país, ao longo de 2020 e 2021. Nesse sentido, identificou-se três fases do programa de transferência federal:

- Auxílio Emergencial, o qual consistiu em cinco parcelas de R\$ 600,00, R\$ 1.200,00 ou R\$ 1.800,00, de abril a agosto de 2020;
- Extensão do Auxílio Emergencial ou Auxílio Emergencial Residual: anunciadas quatro parcelas, de R\$ 300,00, R\$ 600,00 ou R\$ 900,00, de setembro a dezembro de 2020;
- Auxílio Emergencial 2021, que consistiu em sete parcelas de R\$ 150,00, R\$ 250,00 ou R\$ 375,00, de abril a outubro 2021.

Vale notar que nem todas as pessoas começaram a receber no primeiro mês de cada fase. Isso significa, por exemplo, que nem todos os beneficiários da primeira fase começaram a receber em abril de 2020.

A **Tabela 1** sintetiza as diferenças entre essas três fases:

Tabela 1 - Características do Auxílio Emergencial, por fase

Fase	Vigência	Qtd. de parcelas	Observação	Foi cumulativo?
Auxílio Emergencial	Abr/20 a Ago/20	5	Parcela de R\$ 600,00 para aqueles que atendessem aos critérios do programa e de R\$ 1.200,00 para as mulheres que, além de atenderem os mesmos critérios, fossem as únicas responsáveis pelas despesas do domicílio.	Sim, até duas pessoas por residência. Portanto, cada família poderia receber até R\$ 1.800,00.
Auxílio Emergencial Residual	Set/20 a Dez/20	4	Parcela de R\$ 300,00 para aqueles que atendessem aos critérios do programa e de R\$ 600,00 para as mulheres que, além de atenderem os mesmos critérios, fossem as únicas responsáveis pelas despesas do domicílio.	Sim, até duas pessoas por residência. Portanto, cada família poderia receber até R\$ 900,00.
Auxílio Emergencial 2021	Abr/21 a Out/21	7	R\$ 150,00 para pessoas que moram sozinhas, R\$ 375,00 para mulher provedora de família monoparental (mãe solteira), e R\$ 250,00 para as famílias restantes.	Não.

Fonte: Governo Federal (2021)

Para a elaboração deste Boletim Social, foram utilizados os seguintes dados de uso e acesso públicos de quatro fontes distintas:

### PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Foram utilizados os dados disponibilizados no Portal da Transparência do Governo Federal, mantido pela Controladoria Geral da União (CGU), baixados no dia 25 de março de 2022.

O período a que se referem os dados vai de abril de 2020 a fevereiro de 2022, apresentando dados de todas as três fases do Auxílio Emergencial. Os dados trazem informações quanto ao número

de benefícios, os valores das parcelas pagas e características do beneficiário e/ou seu responsável (como o município e UF), nos seguintes enquadramentos:

- a. ExtraCad, composto pelos beneficiários que solicitaram o AE via aplicativo ou site da Caixa Econômica Federal;
- b. Inscritos no CadÚnico, mas que não eram recebedores do Programa Bolsa Família, abreviado para CadÚnico;
- c. Inscritos no CadÚnico e beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF.

E com a seleção das seguintes categorias na variável “OBSERVAÇÃO”:

- a. Não há, significando que o benefício foi aprovado;
- b. Pagamento bloqueado ou cancelado, o que compreende situações de fraude ou inconsistências cadastrais;
- c. Valor devolvido à União, em casos de recebimento indevido.

Por ser uma base de dados mensal, o número de beneficiários foi obtido a partir da remoção das duplicatas verificadas ao longo dos meses. Para isso, os dados de todos os meses foram empilhados, e algumas informações (como nome, município e CPF do beneficiário) foram concatenadas. Após essa etapa, as duplicatas foram identificadas e removidas, chegando ao número total de beneficiários únicos, por enquadramento e observação.

## MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MC)

Os dados do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada são disponibilizados na plataforma Vis Data da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, que é um sistema de gerenciamento e visualização de diversos programas, ações e serviços organizados pelo MC. Os dados utilizados neste boletim foram:

1. Valor total pago às famílias em março de 2020 por meio do Programa Bolsa Família;
2. Valor total repassado a pessoas com deficiência (PcD) e a idosos via Benefício de Prestação Continuada (BPC) por município pagador, no período de referência de cada fase do Auxílio Emergencial.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA (ME)

Os dados de Aposentadoria Rural são disponibilizados na sessão de estatísticas municipais, do site da Secretaria de Previdência. A informação coletada foi o valor dos benefícios emitidos no mês de dezembro (em R\$) de 2020 e 2021. Já os dados de Transferências Constitucionais são disponibilizados no site do Tesouro Nacional. O dado baixado foi o valor das transferências dos meses de abril de 2020 a outubro de 2021.

## 4. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Os dados do PIB são disponibilizados no Sistema de Recuperação Automática – SIDRA, na sessão economia, aba Sistemas de Contas Nacionais. O PIB utilizado nesta publicação é o de 2019, exceto no caso do Brasil, no qual foi utilizado o PIB de 2020 e 2021, a depender do período analisado. Quanto aos dados usados para o índice de Gini e a taxa de pobreza, foram utilizados os dados disponíveis na pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, tendo como referência os anos de 2012 a 2020.

Para a análise do indicador Beneficiários/População, foi utilizada a estimativa populacional do IBGE de 2020 e 2021.

## INDICADORES

Na segunda seção do Boletim, foi feita uma análise utilizando os indicadores de cobertura populacional do auxílio, relação entre o valor aprovado do auxílio e o PIB e a relação entre o valor do auxílio e outras transferências. A análise acerca da cobertura populacional utilizou a seguinte fórmula para o seu cálculo:

$$\text{Cobertura populacional} = \frac{\text{Quantidade de beneficiários do AE da fase}}{\text{Estimativa populacional do ano de referência da fase}} * 100$$

A análise acerca da dimensão do Auxílio Emergencial em relação ao PIB, Transferências Constitucionais, Aposentadoria Rural, BPC e PBF seguiu os critérios abaixo:

- Primeira fase (abr./20 a ago./20)
  - a. AE/PIB: valor total da fase em relação ao PIB 2019 (sendo que para o Brasil foi utilizado o valor do PIB 2020);
  - b. AE/TC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor das Transferências Constitucionais pago entre abr./20 e ago./20;
  - c. AE/BPC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor do BPC pago entre abr./20 e ago./20;
  - d. AE/PBF: média mensal da fase em relação ao valor do PBF pago em mar/20;
  - e. AE/AR: média mensal da fase em relação ao valor dos benefícios da Aposentadoria Rural em 2020.
  
- Segunda fase (set./20 a dez./20)
  - a. AE/PIB: valor total da fase em relação ao PIB 2019 (sendo que para o Brasil foi utilizado o valor do PIB 2020);
  - b. AE/TC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor das Transferências Constitucionais pago entre set./20 e dez./20;
  - c. AE/BPC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor do BPC pago entre set./20 e dez./20;
  - d. AE/PBF: média mensal da fase em relação ao valor do PBF pago em mar./20;
  - e. AE/AR: média mensal da fase em relação ao valor dos benefícios da Aposentadoria Rural em 2020.

- Terceira fase (abr./21 a out./21)
  - a. AE/PIB: valor total da fase em relação ao PIB 2019 (sendo que para o Brasil foi utilizado o valor do PIB 2021);
  - b. AE/TC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor das Transferências Constitucionais pago entre abr./21 e out./21;
  - c. AE/BPC: média mensal da fase em relação à média mensal do valor do BPC pago entre abr./21 e out./21;
  - d. AE/PBF: média mensal da fase em relação ao valor do PBF pago em mar./20;
  - e. AE/AR: média mensal da fase em relação ao valor dos benefícios da Aposentadoria Rural em 2021.

# 3.

## BENEFICIÁRIOS E VALOR

BRASIL, GRANDES REGIÕES, UFS,  
MUNICÍPIOS E REGIÕES DE  
DESENVOLVIMENTO

## BRASIL E GRANDES REGIÕES

### BENEFICIÁRIOS POR SITUAÇÃO (APROVADO, BLOQUEADO OU CANCELADO E DEVOLVIDO À UNIÃO)

Tabela 2 - Beneficiários, em milhões, por situação e fases do Auxílio Emergencial, e beneficiários aprovados (%) no Brasil e Grandes Regiões

LOCAL	Aprovado			Bloqueado ou Cancelado			Devolvido à União			Total solicitado			Do total aprovado no Brasil		
	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase
Brasil	64,7	57,1	39,2	3,1	0,1	-	2,0	0,5	0,2	69,8	57,7	39,4	100,0%	100,0%	100,0%
NO	6,6	5,8	3,7	0,3	0,0	-	0,2	0,1	0,0	7,1	5,9	3,7	10,2%	10,1%	9,4%
NE	21,4	18,7	11,9	0,8	0,0	-	0,5	0,1	0,0	22,7	18,9	12,0	33,1%	32,8%	30,4%
SE	24,7	22,0	13,9	1,3	0,1	-	0,9	0,2	0,1	26,8	22,3	14,0	38,1%	38,5%	35,6%
SU	7,3	6,4	4,0	0,4	0,0	-	0,3	0,1	0,0	8,0	6,5	4,1	11,2%	11,2%	10,3%
CO	4,7	4,2	2,7	0,3	0,0	-	0,2	0,0	0,0	5,2	4,2	2,8	7,3%	7,3%	7,0%
Ignorado*	0,0	0,0	2,9	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0%	0,0%	7,3%

Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

\*Os dados "ignorados" referem-se aos valores de beneficiários que não puderam ser localizados em nenhuma das Grandes Regiões.

"-" significa valores iguais a 0 absoluto. "0,0" significa valores iguais a 0 aproximado.

O número de beneficiários do Auxílio Emergencial reduziu ao longo de suas fases tanto no Brasil quanto em suas regiões. Constatou-se que as regiões com maior número de beneficiários foram Sudeste e Nordeste. Resultado esse esperado, haja vista que são as que possuem também maior quantitativo populacional.

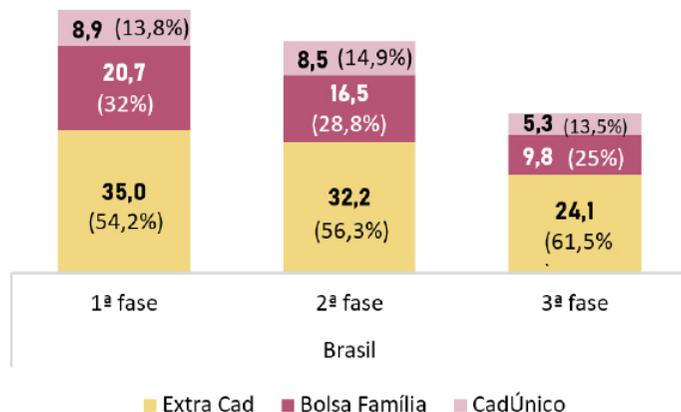
No Brasil, havia 64,7 milhões de beneficiários aprovados do AE na primeira fase, o que representou 30,6% da população do país. Na fase seguinte (Auxílio Emergencial Residual), que faz referência às competências de setembro a dezembro de 2020, o número de aprovados caiu para 57,1 mi (27% da população). No Auxílio Emergencial de 2021, fase que teve como período de referência abril a outubro de 2021, constatou-se 39,2 mi de beneficiários aprovados (18,4% da população), registrando uma queda de quase 18 milhões em relação à fase anterior (**Tabela 2**).

O número de pessoas que tiveram seu benefício bloqueado/cancelado ou que devolveram o valor recebido à União reduziu ao longo das fases em uma proporção ainda maior. Na primeira, esses indivíduos chegaram a representar 7,4% do total de solicitantes do AE no Brasil (5,1 milhões de pessoas). Na última fase, esse percentual caiu para 0,5% (187,5 mil).

Dentre os fatores que explicam a queda na quantidade de beneficiários no decorrer das fases, cita-se a redução do valor das parcelas (**Tabela 1**), o que ocasionou o retorno de uma parte considerável dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), que até então estavam recebendo o auxílio, pois o valor passou a ser menor do que o valor que foi recebido por meio do PBF. Além desse motivo, novos critérios de elegibilidade foram adicionados no decorrer das fases, isto é, houve uma redefinição do público-alvo com o passar do tempo, reduzindo o alcance que o benefício possuía originalmente. Pode, ainda, ter havido uma retomada da atividade econômica, de forma a diminuir a necessidade do recebimento do auxílio por parte de alguns beneficiários.

## BENEFICIÁRIOS E VALORES APROVADOS

Gráfico 1 - Beneficiários aprovados, em milhões, por enquadramento, no Brasil, por fase do benefício



Fonte: VIS DATA 3 beta/Ministério da Cidadania

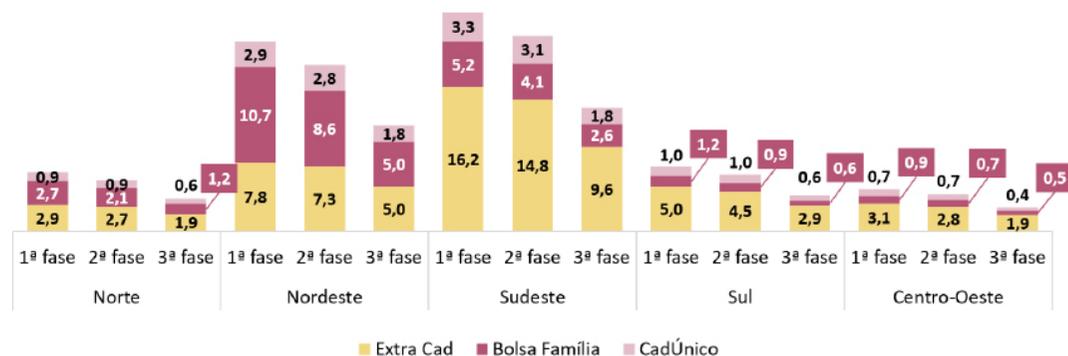
Nota 1: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

Nota 2: Entre parênteses encontra-se o percentual da participação dos beneficiários de cada tipo de enquadramento no total de beneficiários da fase.

Em todas as fases do AE, a maior parte dos beneficiários provinha do público que recebeu o auxílio pelo aplicativo da Caixa Econômica (ExtraCad), seguido pelo grupo de beneficiários que faziam parte do Programa Bolsa Família e, por fim, pelos beneficiários que já eram inscritos no Cadastro Único, mas não faziam parte do PBF (**Gráfico 1**).

Com o novo valor das parcelas na segunda e na terceira fase, a participação dos beneficiários do PBF caiu no decorrer dos anos, tendo em vista que para muitos o valor do AE deixou de compensar o do Bolsa Família. A título de comparação, enquanto um em cada três beneficiários eram do PBF na primeira fase do AE, na última fase essa relação passou a ser de um em cada quatro beneficiários.

Gráfico 2 - Beneficiários aprovados no Auxílio Emergencial, em milhões, por enquadramento, nas Grandes Regiões, por fase do benefício



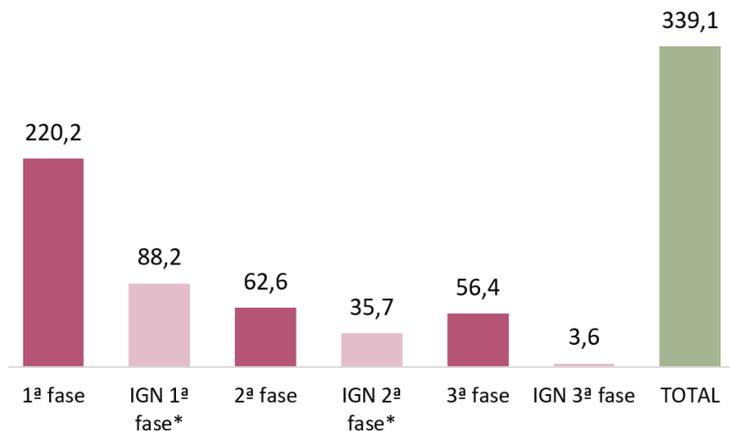
Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

De acordo com a composição por enquadramento nas regiões, constatou-se que os beneficiários fora do Cadastro Único e do PBF (ExtraCad) formaram o maior grupo dos beneficiários das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte (**Gráfico 2**).

Já no Nordeste, o PBF representou o maior grupo de pessoas que receberam o auxílio na primeira e na segunda fase. Na primeira fase, chegou a 10,7 milhões (50,3%) desses beneficiários. Na terceira fase, por sua vez, o grupo ExtraCad passou a dominar em todas as regiões.

Gráfico 3 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por fase do benefício no Brasil



Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

Legenda: IGN – Ignorados

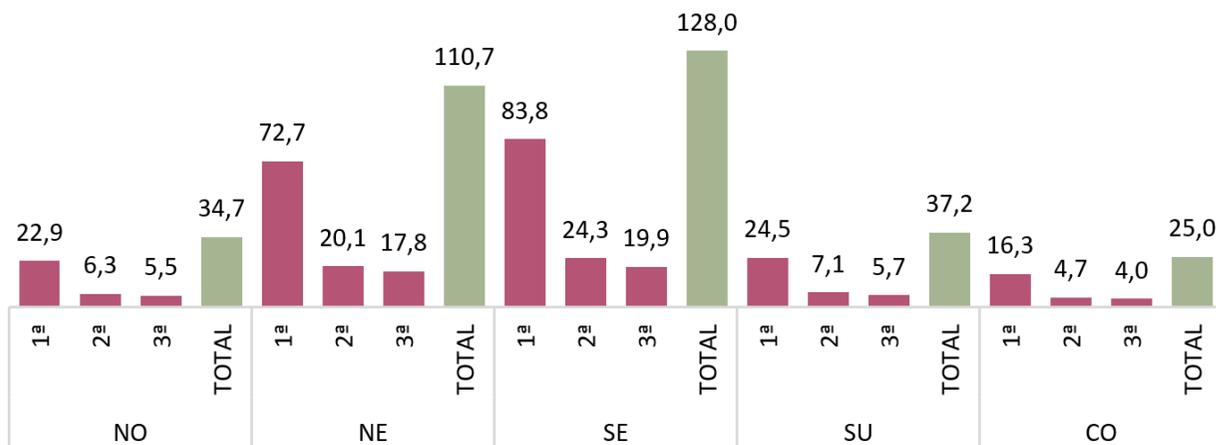
\*Os valores estão em milhares.

Durante o Auxílio Emergencial, foi transferido um total de R\$ 339,1 bilhões para os beneficiários aprovados, descontados os valores bloqueados ou cancelados e devolvidos à União, sendo R\$ 220,2 bilhões transferidos apenas na primeira fase. (**Gráfico 3**).

Na segunda fase, o valor total do auxílio reduziu para R\$ 62,6 bilhões, o equivalente a 28,4% do valor da primeira fase. Essa redução é verificada em decorrência da diminuição do valor das parcelas e outras restrições, como: não poderia receber os novos valores quem tivesse iniciado vínculo empregatício formal ou que tivesse obtido benefícios previdenciários, seguro-desemprego ou programa de transferência de renda federal (exceto Bolsa Família) após o recebimento da primeira fase do auxílio, entre outras.

O valor aprovado na terceira fase reduziu cerca de 74% em relação à primeira, o que evidencia os novos critérios de elegibilidade no decorrer das fases.

Gráfico 4 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, nas Grandes Regiões



Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

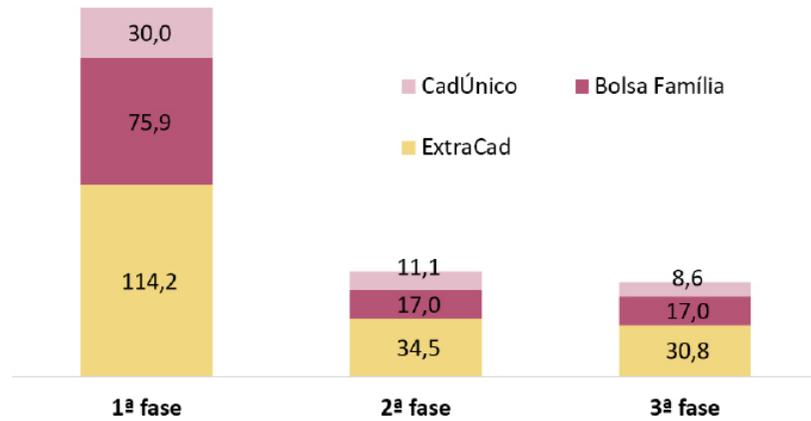
Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

Por serem as mais populosas do país, as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram os maiores valores aprovados pelo Auxílio Emergencial em todas as fases do benefício, totalizando R\$ 128 bilhões e 110,7 bilhões repassados, respectivamente, representando 70,4% do valor total aprovado no Brasil (**Gráfico 4**).

A soma do valor total aprovado nas outras regiões representou apenas 40,6% (R\$ 96,9 bi) da soma do total aprovado no Nordeste e no Sudeste.

Como previsto, em função de restrições e outros fatores já mencionados, os valores aprovados em todas as regiões foram reduzindo à medida em que as fases foram decorrendo.

Gráfico 5 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, no Brasil



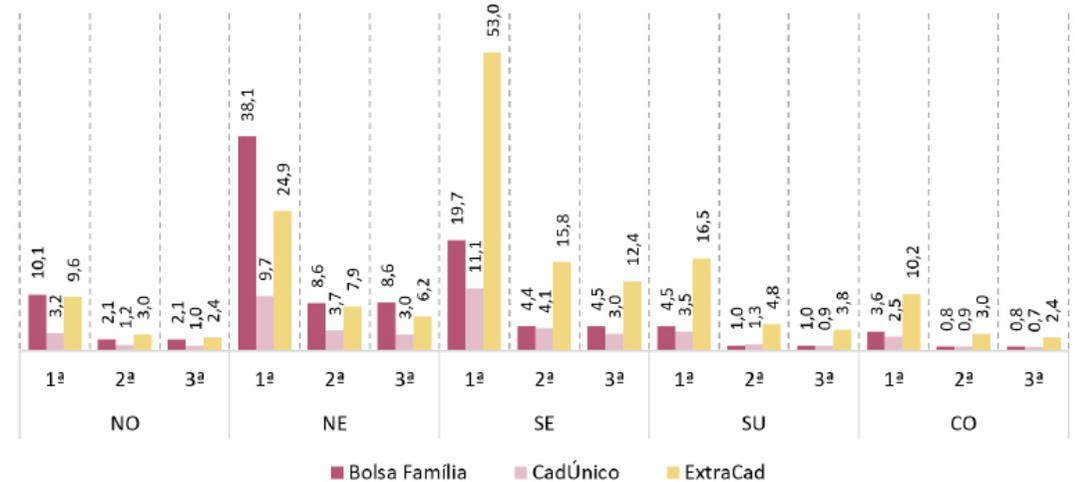
Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

O Auxílio Emergencial destinou cerca de 53% do valor total das três fases para os inscritos do ExtraCad. Para os inscritos do Bolsa Família, foram destinados 32% do valor total, além de se observar que, no decorrer das fases, houve decréscimo do valor destinado a esse público em função do retorno automático para o PBF, da volta ao mercado de trabalho, entre outros fatores (**Gráfico 5**).

Os valores destinados ao público do ExtraCad sofreram redução de R\$ 83,4 bilhões, uma queda de 73% da primeira para a terceira fase. Nos inscritos do CadÚnico, o valor destinado foi diminuindo, apesar de a variação ser menor que comparação aos outros públicos-alvo.

Gráfico 6 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, em bilhões de reais, por enquadramento e fases do benefício, nas Grandes Regiões



Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

No Sudeste, a maior parte do valor aprovado, em todas as fases, foi transferido aos inscritos do ExtraCad, representando 63,4% do valor aprovado nessa região. Já no Nordeste, os maiores valores foram repassados aos inscritos do Bolsa Família, por ser uma região com o maior número de famílias com baixa renda e beneficiários do Programa (**Gráfico 6**).

A Região Norte, assim como o Nordeste, apresentou a maior parte do valor aprovado destinado ao público do Bolsa Família. Já nas regiões Sul e Centro-Oeste, a maior parte dos valores foi repassada ao público do ExtraCad.

Tabela 3 - Quantidade de beneficiários no Auxílio Emergencial, nas Unidades Federativas, por fase do benefício

Regiões	Unidade da Federação	Quant. de beneficiários na 1ª fase	Ranking - Maiores valores da 1ª fase	Quant. de beneficiários na 2ª fase	Ranking - Maiores valores da 2ª fase	Quant. de beneficiários na 3ª fase	Ranking - Maiores valores da 3ª fase	Variação da 1ª para a 3ª fase	Ranking - Maiores reduções entre 1ª e 3ª fase
Norte	Rondônia	564.783	23	515.125	23	336.488	23	-40,4%	24
	Acre	316.753	25	266.560	26	157.243	26	-50,4%	1
	Amazonas	1.509.234	13	1.300.687	14	833.235	13	-44,8%	9
	Roraima	219.849	27	193.511	27	125.991	27	-42,7%	18
	Pará	3.205.275	7	2.803.024	7	1.790.768	7	-44,1%	15
	Amapá	309.542	26	269.711	25	184.820	25	-40,3%	25
	Tocantins	502.973	24	441.365	24	270.792	24	-46,2%	5
Nordeste	Maranhão	2.617.868	10	2.208.250	10	1.393.053	10	-46,8%	3
	Piauí	1.305.019	15	1.138.315	15	677.227	17	-48,1%	2
	Ceará	3.420.902	6	3.041.248	6	1.905.219	6	-44,3%	11
	Rio Grande do Norte	1.245.718	16	1.103.819	17	690.421	15	-44,6%	10
	Paraíba	1.493.011	14	1.308.726	13	796.241	14	-46,7%	4
	Pernambuco	3.573.169	5	3.158.863	5	2.095.151	5	-41,4%	23
	Alagoas	1.191.373	18	1.039.835	18	671.868	18	-43,6%	16
	Sergipe	844.193	20	740.703	20	492.547	20	-41,7%	22
	Bahia	5.722.457	3	4.988.394	3	3.194.442	4	-44,2%	14
Sudeste	Minas Gerais	5.982.857	2	5.307.491	2	3.235.392	3	-45,9%	6
	Espírito Santo	1.235.718	17	1.110.357	16	689.154	16	-44,2%	13
	Rio de Janeiro	5.377.046	4	4.870.161	4	3.295.076	2	-38,7%	27
	São Paulo	12.073.355	1	10.721.020	1	6.729.044	1	-44,3%	12
Sul	Paraná	3.021.073	8	2.693.731	8	1.645.080	8	-45,5%	7
	Santa Catarina	1.579.718	12	1.386.940	12	867.295	12	-45,1%	8
	Rio Grande do Sul	2.652.730	9	2.338.469	9	1.531.181	9	-42,3%	19
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	795.103	21	696.999	21	450.940	21	-43,3%	17
	Mato Grosso	1.041.994	19	916.656	19	602.722	19	-42,2%	20
	Goiás	2.143.404	11	1.907.617	11	1.247.174	11	-41,8%	21
	Distrito Federal	737.945	22	656.583	22	447.342	22	-39,4%	26

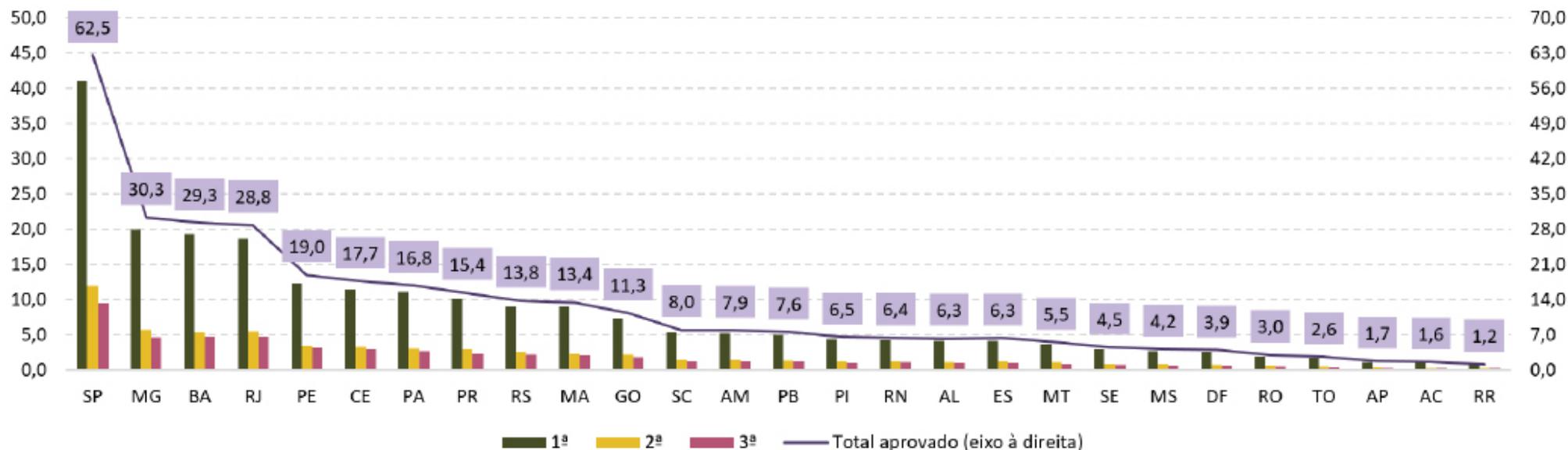
Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Na **Tabela 3** observa-se que as UFs com maior quantidade de beneficiários na primeira fase foram: São Paulo (12,1 milhões), Minas Gerais (6 mi), Bahia (5,8 mi), Rio de Janeiro (5,4 mi) e Pernambuco (3,6 mi). Essas UFs também se destacaram nas duas fases seguintes.

O Maranhão apresentou a décima maior quantidade de beneficiários em todas as fases, enquanto as UFs com menos beneficiários foram todas da Região Norte, a saber: Roraima, Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia.

As UFs que registraram maiores reduções entre a primeira e a terceira fases foram Acre (-50,4%), Piauí (-48,1%), Maranhão (-46,8%), Paraíba (-46,7%) e Tocantins (-46,2%).

Gráfico 7 – Valores nominais aprovados em bilhões, por fases do Auxílio Emergencial e total aprovado, nas UF's



Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

O Gráfico 7 mostra o valor total e por fase aprovado pelo Auxílio Emergencial entre as Unidades da Federação. São Paulo, por ser o estado mais populoso do Brasil (mais de 44 milhões de habitantes), recebeu os maiores repasses do AE em todas as fases do benefício, totalizando o equivalente a R\$ 62,5 bilhões, sendo que, na primeira fase, o repasse para o estado foi de aproximadamente R\$ 41,1 bilhões. Logo atrás, seguem: Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

O Maranhão ficou em décimo lugar com aproximadamente R\$ 13,4 bilhões aprovados, divididos em R\$ 9,0 bi na primeira fase; R\$ 2,3 bi na segunda e R\$ 2,1 bilhões na terceira fase. Os estados que receberam os menores valores, na primeira, segunda e terceira fase, foram Roraima (R\$ 1,2 bilhões), Acre (R\$ 1,6 bilhões), Amapá (R\$ 1,7 bilhões) e Tocantins (R\$ 2,6 bilhões).

Gráfico 8 – Percentual (%) dos valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, por enquadramento e por fases do benefício, nas UF



Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência.

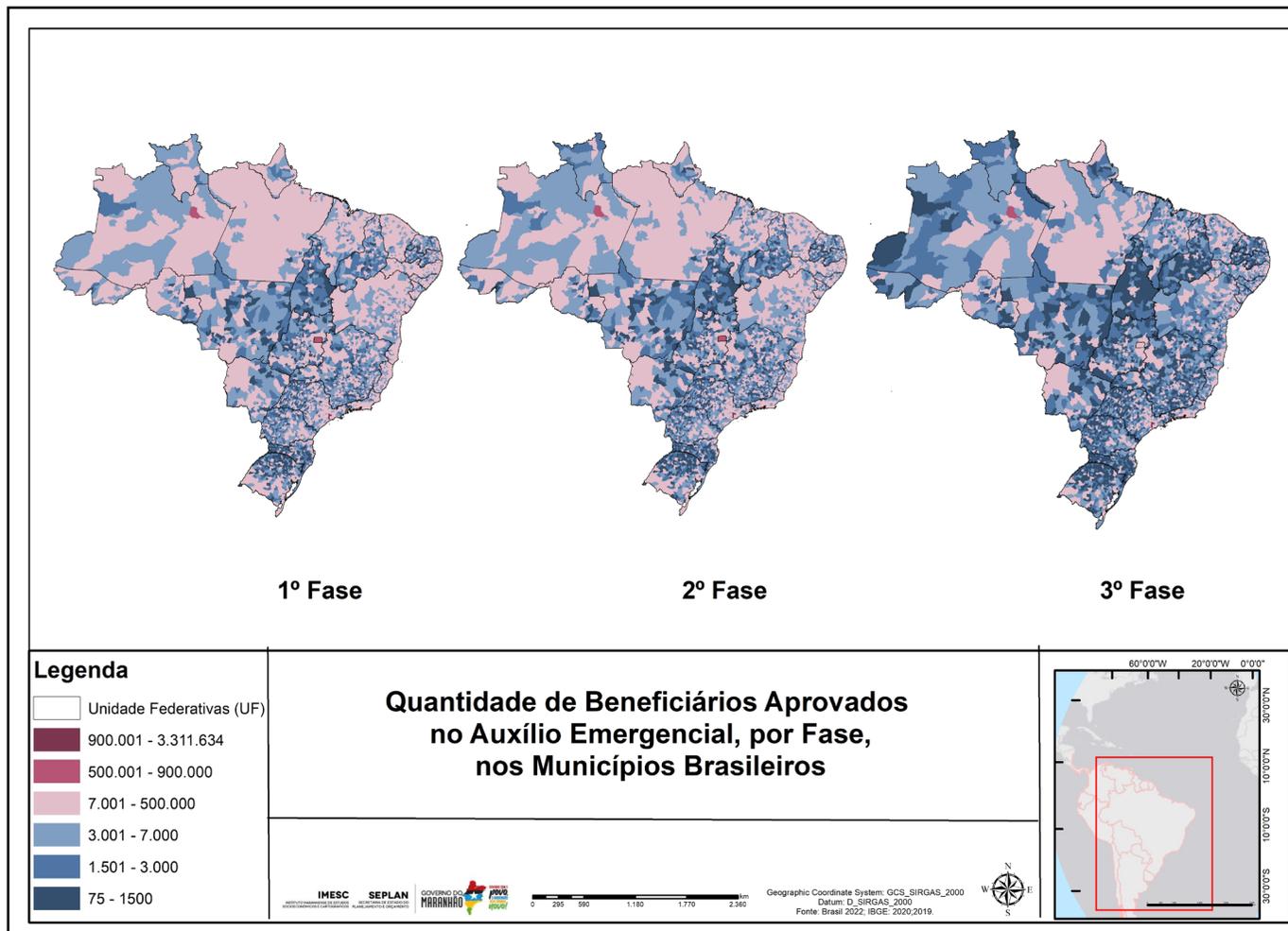
Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

É possível observar no Gráfico 8 que, na primeira e terceira fase do Auxílio, para todos os estados da região Nordeste, os repasses aos inscritos do PBF representaram os maiores percentuais do valor total de cada estado, dados já evidenciados anteriormente, por ser a região com o maior valor aprovado destinado a esse público. O Maranhão é o estado dessa região que possui o maior percentual de valor repassado aos beneficiários do Bolsa Família em todas as fases do AE. A segunda fase segue a mesma trajetória da primeira e terceira, com exceção do Rio Grande do Norte, que teve o maior percentual do valor recebido destinado aos inscritos do ExtraCad (42,2%).

Os estados com os maiores percentuais de valores repassados aos inscritos do ExtraCad, em todas as fases, foram: Santa Catarina, Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Quanto aos inscritos do CadÚnico (não PBF) nas três fases, os estados que receberam os maiores percentuais do valor aprovado para esse grupo foram: Tocantins, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Mapa 1 - Quantidade de beneficiários no Auxílio Emergencial, nos municípios, por fase do benefício

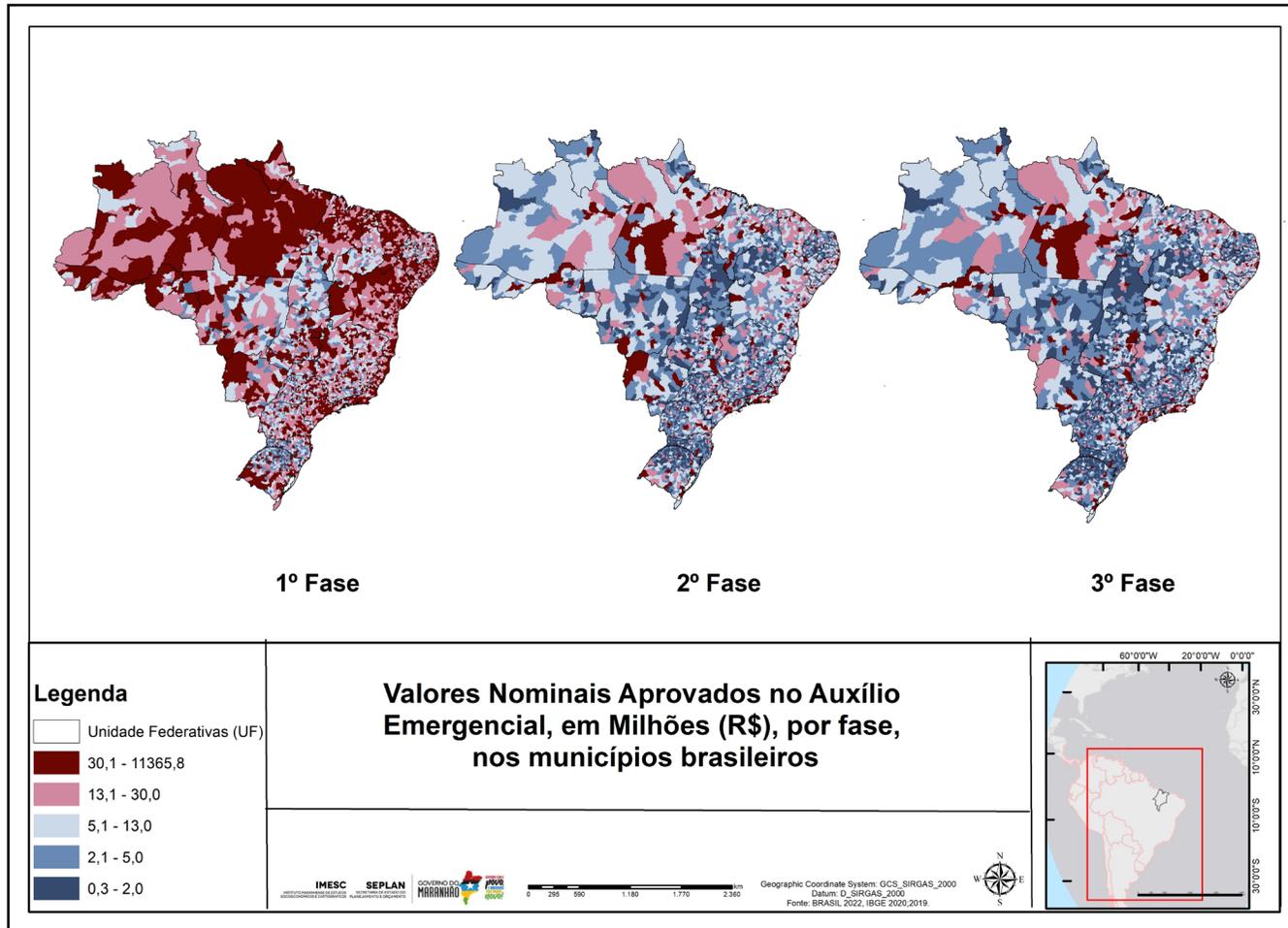


Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal 2022.

No Brasil, houve um total de 64,7 milhões de beneficiários na primeira fase do auxílio, dos quais 10,8 milhões estavam concentrados em apenas dez cidades, o equivalente a aproximadamente 16,7% do total. Consequentemente, essas cidades receberam os maiores valores, totalizando cerca de R\$ 37 bilhões, que representou 16,8% do valor aprovado total. Vale notar que todas elas eram capitais de suas respectivas UFs (**Tabela 4**). São elas: São Paulo com 3,3 milhões de beneficiários e R\$ 11,4 bi; Rio de Janeiro com 1,9 mi beneficiários e R\$ 6,8 bi; Salvador com 945 mil beneficiários e R\$ 3,2 bi; ; Fortaleza com 881 mil beneficiários e R\$ 3,1 bi; Manaus com 811 mil beneficiários e R\$ 2,9 bi; Brasília com 738 mil beneficiários e R\$ 2,6 bi; Belo Horizonte com 635 mil beneficiários e R\$ 2,1 bi; Belém com 532 mil beneficiários e R\$ 1,8 bi e Curitiba, que totalizou 439 mil beneficiários e R\$ 1,5 bilhões. (**Mapas 1 e 2**).

Essas cidades continuaram em destaque na segunda e terceira fase, em relação à quantidade de beneficiários e valor repassado. Na segunda fase, as dez capitais representaram 16,9% do total de beneficiários e na terceira, 16,8%; quanto aos valores, estes representaram 17,6% do total do repasse na segunda, e cerca de 16,7% na terceira fase.

Mapa 2 - Valores nominais aprovados pelo Auxílio Emergencial, nos municípios, por fase do benefício



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal 2022.

## MARANHÃO E REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

Tabela 4 - Beneficiários, em milhares, por situação e fases do Auxílio Emergencial, no Maranhão

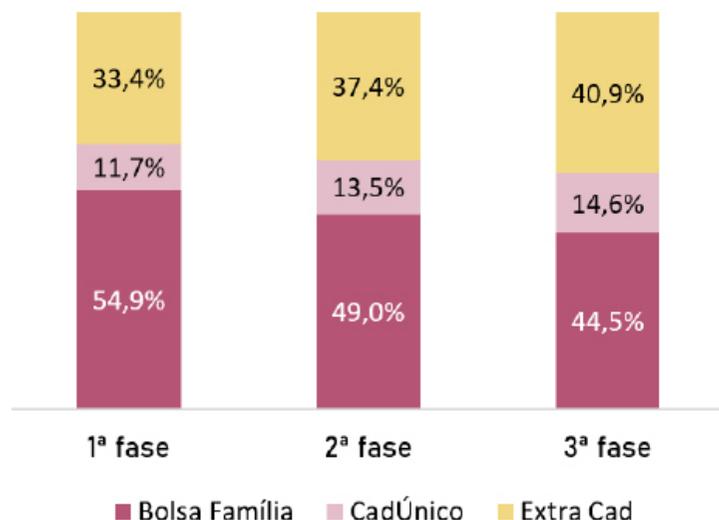
LOCAL	Aprovado			Bloqueado ou Cancelado			Devolvido à União			Total solicitado		
	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase	1ª fase	2ª fase	3ª fase
Maranhão	2.617,9	2.208,3	1.393,1	126,8	3,0	-	69,4	20,5	4,3	2.814,0	2.231,8	1.397,3
Do total solicitado	93,0%	98,9%	99,7%	4,5%	0,1%	0,0%	2,5%	0,9%	0,3%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

“-“ significa valores iguais a 0 absoluto.

Gráfico 9 - Beneficiários aprovados, por enquadramento (%), no Maranhão, por fase do auxílio



Fonte: VIS DATA 3 beta/Ministério da Cidadania

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

Assim como no Brasil e no Nordeste, o Maranhão também apresentou uma redução no número de beneficiários aprovados ao longo das fases: passou de 2,6 milhões, na sua primeira fase, para 1,4 milhão na terceira (**Tabela 4**).

Constatou-se uma redução também nos bloqueios/cancelamentos e nas devoluções à União. Além disso, suas participações no total solicitado foram cada vez menores. O menor percentual de aprovação foi constatado na primeira fase (93%), sendo que 4,5% dos beneficiários foram bloqueados ou cancelados e 2,5% devolveram o valor à União. Na última fase, a aprovação chegou a 99,7%.

Já a composição por enquadramento foi, em sua maior parte, formada por pessoas que vieram do Programa Bolsa Família. Diferentemente da situação do Nordeste, no Maranhão o grupo do Bolsa Família continuou sendo o maior mesmo na última fase (**Gráfico 9**).

O percentual dos inscritos pelo aplicativo da Caixa Econômica (ExtraCad) também foi significativo, representando 33,4% dos beneficiados na primeira fase, 37,4% na segunda fase e 40,9% na terceira fase.

Tabela 5 – Os cinco maiores e os cinco menores municípios maranhenses em quantidade de beneficiários e valores aprovados, por fase do benefício

1ª FASE		2ª FASE		3ª FASE	
BENEFICIÁRIOS APROVADOS*					
5 maiores	Quant.	5 maiores	Quant.	5 maiores	Quant.
São Luís	372,4	São Luís	332,3	São Luís	234,4
Imperatriz	93,8	Imperatriz	85,2	Imperatriz	57,5
São José de Ribamar	79,0	São José de Ribamar	70,0	São José de Ribamar	49,7
Timon	63,7	Timon	56,5	Timon	41,2
Caxias	59,0	Caxias	53,5	Caxias	38,4
5 menores	Quant.	5 menores	Quant.	5 menores	Quant.
Nova Iorque	1,8	Nova Iorque	1,4	Milagres do Maranhão	0,99
São Félix de Balsas	1,8	São Félix de Balsas	1,5	Bacurituba	0,98
São Pedro dos Crentes	2,0	São Pedro dos Crentes	1,7	Belágua	0,93
Sambaíba	2,1	Nova Colinas	1,7	Nova Iorque	0,93
Nova Colinas	2,1	Sambaíba	1,8	São Félix de Balsas	0,91
VALORES APROVADOS*					
5 maiores	R\$	5 maiores	R\$	5 maiores	R\$
São Luís	1.316,0	São Luís	394,4	São Luís	347,6
Imperatriz	323,5	Imperatriz	99,5	Imperatriz	84,3
São José de Ribamar	289,4	São José de Ribamar	83,6	São José de Ribamar	78,2
Timon	233,9	Timon	65,8	Timon	63,5
Caxias	212,4	Caxias	63,1	Caxias	59,4
5 menores	R\$	5 menores	R\$	5 menores	R\$
São Félix de Balsas	5,8	Nova Iorque	1,6	Belágua	1,29
São Pedro dos Crentes	6,0	São Raimundo do Doca Bezerra	1,6	São Roberto	1,29
Nova Iorque	6,0	São Pedro dos Crentes	1,5	Nova Colinas	1,24
Nova Colinas	6,7	Nova Colinas	1,5	São Raimundo do Doca Bezerra	1,24
Sambaíba	6,9	São Félix de Balsas	1,5	São Pedro dos Crentes	1,20

Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

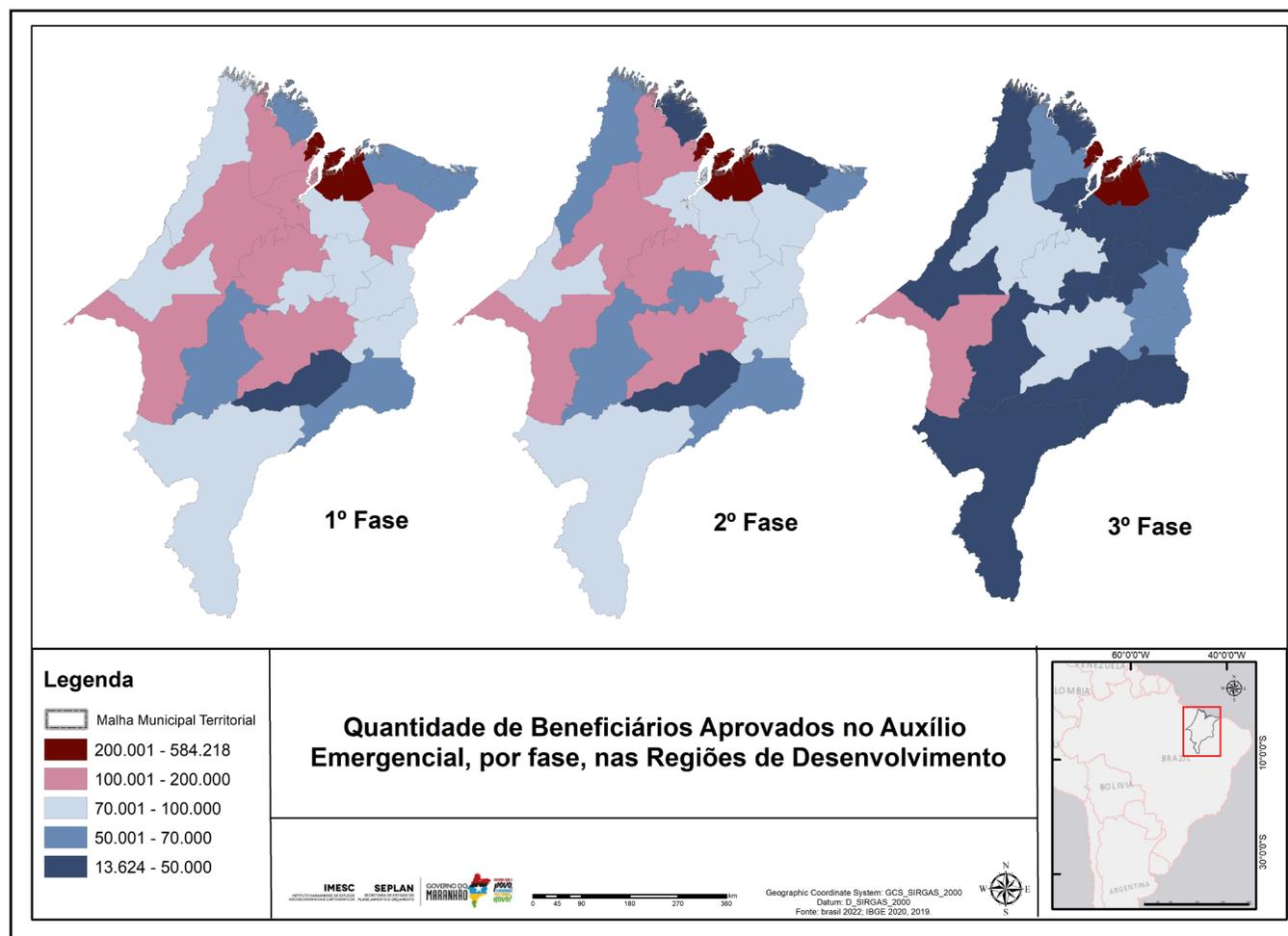
\*Os dados dos beneficiários estão em milhares e dos valores em milhões.

Os municípios de São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon e Caxias são os municípios maranhenses que, por serem os mais populosos do Maranhão, apresentaram o maior número de beneficiários aprovados e valores repassados pelo Auxílio Emergencial, em todas as fases.

Entre os cinco municípios com menores quantidades de beneficiários, Nova Iorque liderou o *ranking* na primeira e na segunda fase, dando lugar a Milagres do Maranhão na terceira fase. Em outros municípios, como Bacurituba e Belágua, houve redução de beneficiários aprovados na terceira fase do auxílio.

Em relação aos valores aprovados, os municípios que apareceram em todas as fases, entre os cinco menores municípios em repasse do AE, foram São Pedro dos Crentes e Nova Colinas (Tabela 5).

Mapa 3 – Quantidade de beneficiários aprovados no Auxílio Emergencial, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, por fase do auxílio



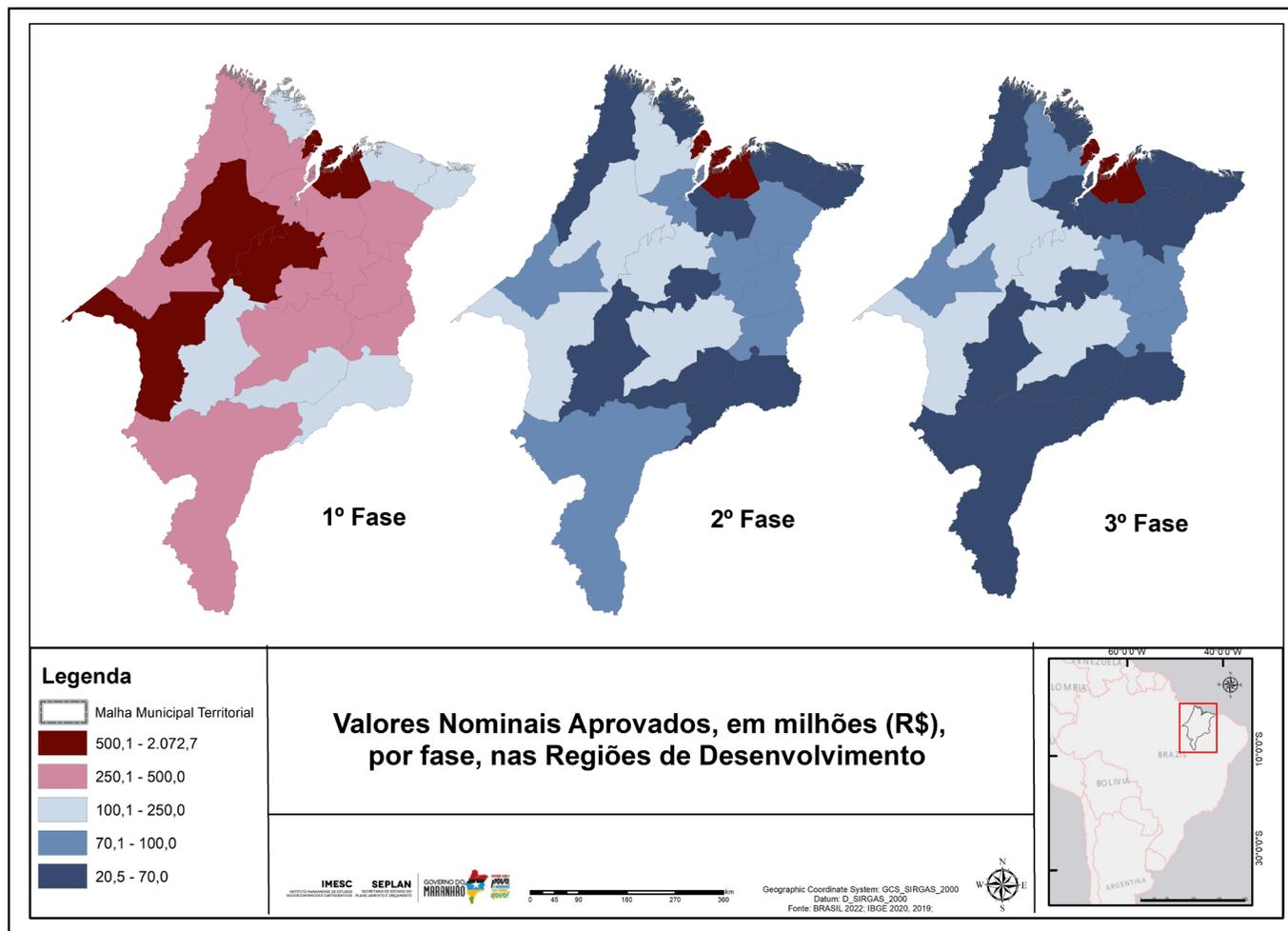
Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

As Regiões de Desenvolvimento nas quais se constatou maior quantidade de beneficiários e valores aprovados ao longo das três fases foram a Metropolitana de São Luís, Tocantins Maranhense e Pindaré (**Mapas 3 e 4**).

Muito desse resultado deveu-se aos maiores municípios em termos de população dessas regiões: o município de São Luís, na região Metropolitana, e Imperatriz, no Tocantins Maranhense, contaram com o maior número de beneficiários e valores recebidos da sua região. O mesmo se aplica à Santa Inês e à Santa Luzia, na região do Pindaré.

Mapa 4 – Valores nominais aprovados no Auxílio Emergencial, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão, por fase do auxílio



Os resultados para a quantidade de beneficiários e valores aprovados foram caindo no decorrer das fases em todas as regiões devido aos motivos já expostos na análise nacional quanto à redução dos beneficiários (como a redefinição do público-alvo do programa), além do fato de o valor do benefício ter sido progressivamente reduzido.

As Regiões de Desenvolvimento com os menores quantitativos de beneficiários e valores recebidos foram Alpercatas, Lençóis Maranhenses e Reentrâncias Maranhenses, nas três fases do auxílio. As cidades pertencentes a essas regiões também estão entre as de menor valor e número de beneficiários, como Porto Rico do Maranhão, Jatobá, Sucupira do Riachão e Santo Amaro do Maranhão.

Fonte: Microdados do Auxílio Emergencial/Portal da Transparência

Nota: Os dados referem-se ao acumulado de cada fase com base nos dados de abril de 2020 a fevereiro de 2022 (baixados em 25/03/2022).

# 4.

## DIMENSÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO, PIB E OUTRAS TRANSFERÊNCIAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES, UFS, MUNICÍPIOS E  
REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

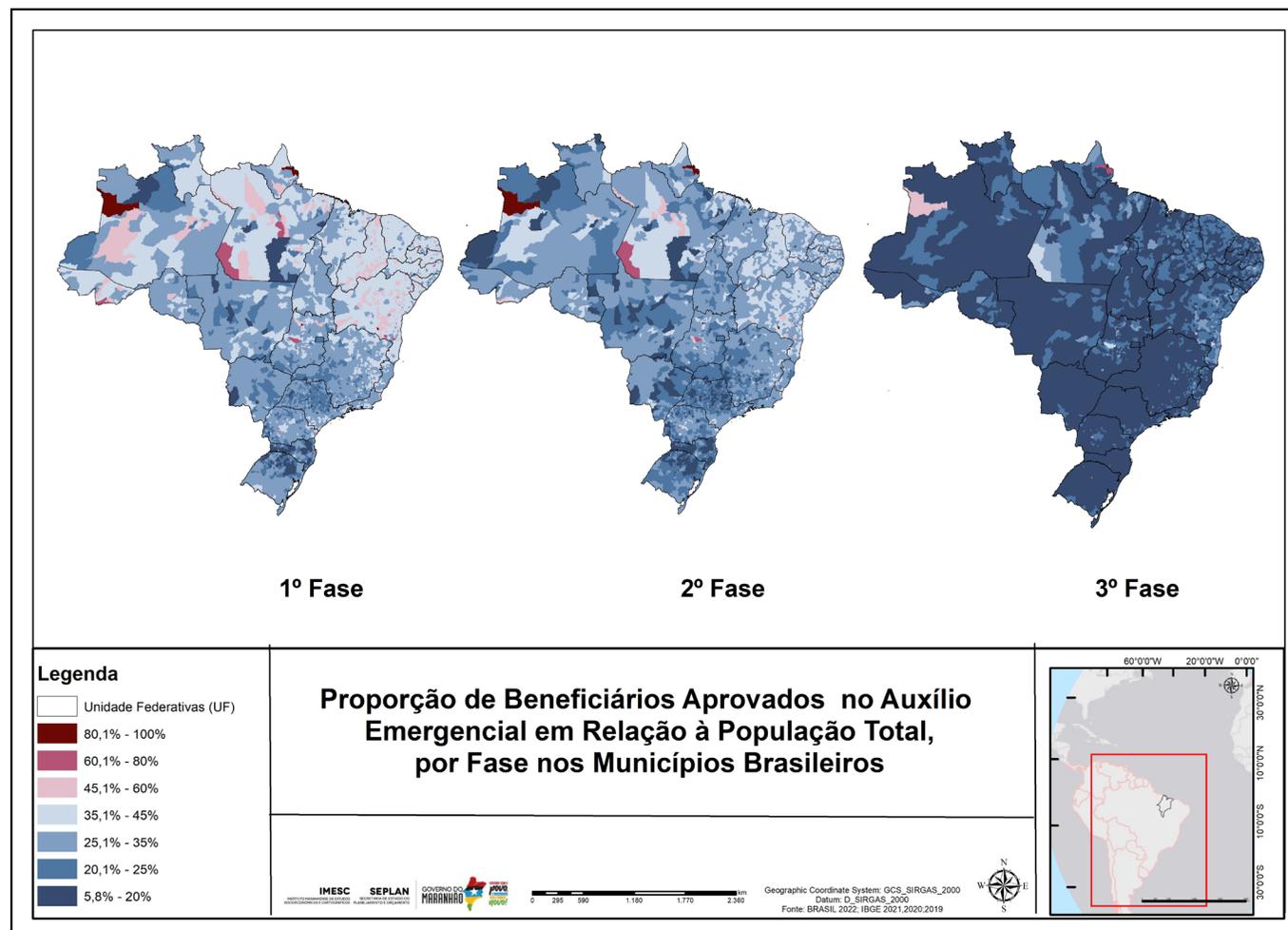
## BENEFICIÁRIOS DO AE EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO

O **Mapa 5** apresenta a cobertura do auxílio emergencial, relativo ao tamanho da população estimada de cada município brasileiro. Com base nele, é possível observar que as regiões Nordeste e Norte concentraram os municípios com maior cobertura.

Na primeira fase, em cinco municípios brasileiros, a quantidade de auxílios representou o total da população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2020, sendo dois deles localizados na região Nordeste, Severiano Melo (RN) e Maetinga (BA); outros dois no Norte, Japurá (AM) e Amapá (AP); e um no Centro-Oeste, Campos Verdes (GO).

Na segunda fase, apenas Severiano Melo continuou com 100% de sua população estimada coberta pelo Auxílio Emergencial (AE), seguido por Campos Verdes – GO (96,3%), Maetinga – BA (95,2%), Amapá – AP (91,9%) e Japurá – AM (84,9%). Já na terceira fase, os cinco maiores foram: Campos Verdes – GO (82,3%), Severiano Melo – RN (79,5%), Amapá – AP (64,7%),

Mapa 5 - Cobertura de beneficiários do Auxílio Emergencial, por fase, nos municípios brasileiros



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Nota 1: A cobertura de beneficiários foi calculada por meio da divisão do número de beneficiários pela população estimada do IBGE. Por se tratar de estimativa, alguns valores podem exceder 100%. Para simplificar a análise, valores acima de 100% foram todos considerados como 100%.

Nota 2: Para a primeira e a segunda fase, foi usada a população de 2020. Para a terceira, a população de 2021.

Japurá – AM (51,5%) e Altamira do Paraná – PR (50,2%).

Dentre as 100 maiores coberturas da primeira fase, identificaram-se quatro municípios maranhenses: Junco do Maranhão (54,6%, em 40º), Luís Domingues (54,5%, em 42º), Serrano do Maranhão (52%, em 65º), São Raimundo do Doca Bezerra (51,4% em 73º) e Afonso Cunha (50,3%, em 92º) (Tabela 6). Na segunda fase, apenas Afonso Cunha esteve presente, com 44%, em 93º (Tabela 7). Na última fase, 27,6% da população de São José de Ribamar recebeu o AE, figurando em 82º, sendo o único município maranhense entre os 100 de maior cobertura (Tabela 7).

Tabela 6 - Municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior proporção de beneficiários do Auxílio Emergencial em relação à população total estimada pelo IBGE e os dez municípios brasileiros com maior proporção na primeira fase

PRIMEIRA FASE		
Municípios maranhenses entre os 100 maiores	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking nacional
Junco do Maranhão (MA)	54,6%	40º
Luís Domingues (MA)	54,5%	42º
Serrano do Maranhão (MA)	52,0%	65º
São Raimundo do Doca Bezerra (MA)	51,4%	73º
Afonso Cunha (MA)	50,3%	92º
Dez maiores proporções – Brasil	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking nacional
Severiano Melo (RN)	100,0%	1º
Campos Verdes (GO)	100,0%	1º
Maetinga (BA)	100,0%	1º
Japurá (AM)	100,0%	1º
Amapá (AP)	100,0%	1º
Jacareacanga (PA)	79,7%	6º
Altamira do Paraná (PR)	79,1%	7º
Alto Alegre (RS)	71,5%	8º
Cumaru (PE)	69,9%	9º
Assis Brasil (AC)	69,8%	10º

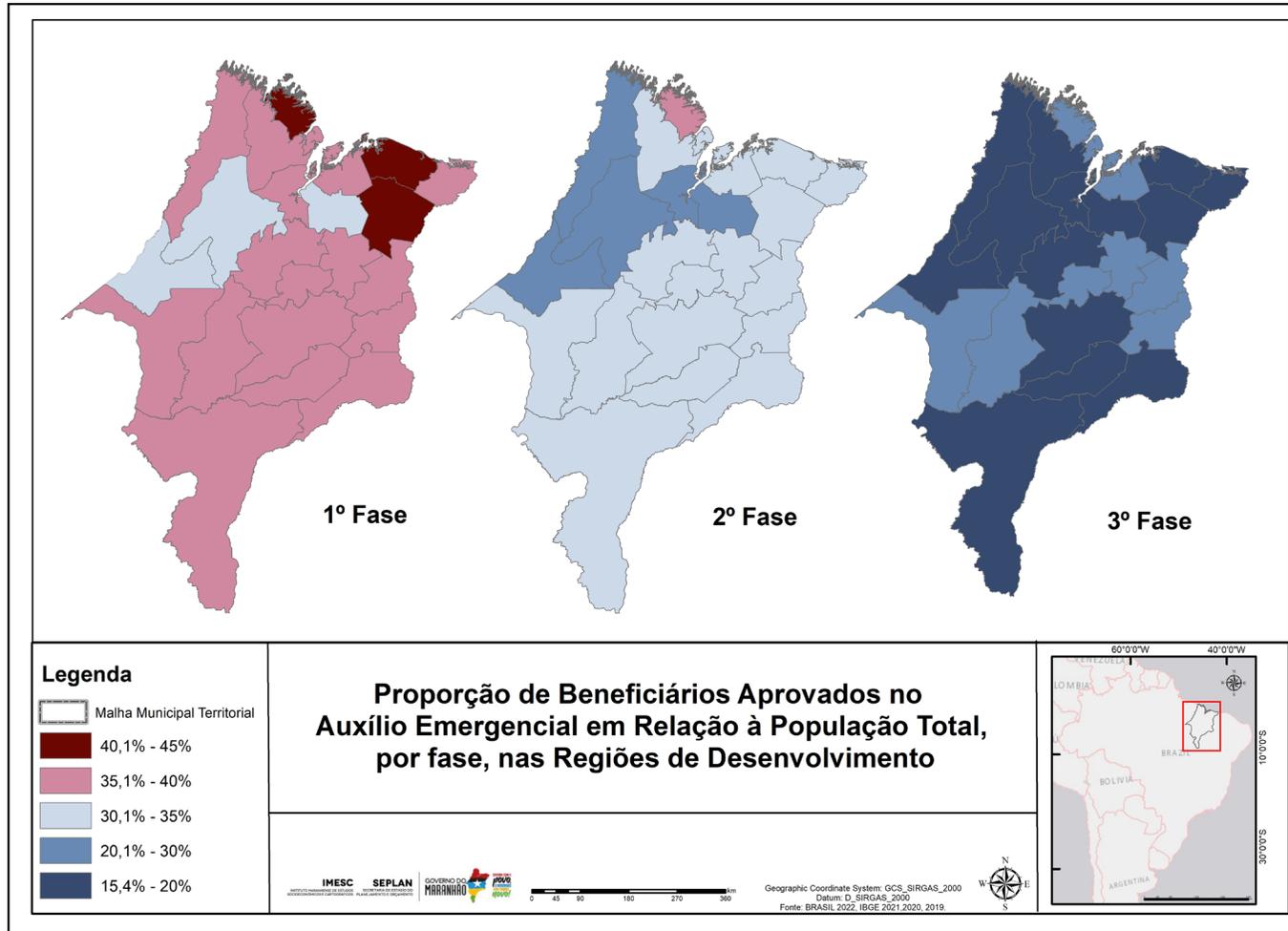
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Tabela 7 - Municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior proporção de beneficiários do Auxílio Emergencial em relação à população total estimada pelo IBGE e os dez municípios brasileiros com maior proporção na segunda e terceira fase

SEGUNDA FASE		
Municípios maranhenses entre os 100 maiores	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking nacional
Afonso Cunha (MA)	43,6%	100º
Dez maiores proporções – Brasil	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking nacional
Severiano Melo (RN)	100,0%	1º
Campos Verdes (GO)	96,3%	2º
Maetinga (BA)	95,2%	3º
Amapá (AP)	91,9%	4º
Japurá (AM)	84,9%	5º
Altamira do Paraná (PR)	72,9%	6º
Jacareacanga (PA)	65,9%	7º
Alto Alegre (RS)	65,1%	8º
Goiás (GO)	61,8%	9º
Cumaru (PE)	59,6%	10º
TERCEIRA FASE		
Municípios maranhenses entre os 100 maiores	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking nacional
São José de Ribamar (MA)	27,6%	82º
Dez maiores proporções – Brasil	Proporção de beneficiários em relação à população total	Ranking Nacional
Campos Verdes (GO)	82,3%	1º
Severiano Melo (RN)	79,5%	2º
Amapá (AP)	64,7%	3º
Japurá (AM)	51,5%	4º
Altamira do Paraná (PR)	50,2%	5º
Maetinga (BA)	49,3%	6º
Alto Alegre (RS)	48,2%	7º
Potiraguá (BA)	43,8%	8º
Goiás (GO)	41,5%	9º
Extremoz (RN)	40,7%	10º

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Mapa 6 - Cobertura de beneficiários do Auxílio Emergencial, por fase, nas Regiões de Desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Nota 1: A cobertura de beneficiários foi calculada por meio da divisão do número de beneficiários pela população estimada do IBGE. Por se tratar de estimativa, alguns valores podem exceder 100%. Para simplificar a análise, valores acima de 100% foram todos considerados como 100%.

Nota 2: Para a primeira e a segunda fase, foi usada a população de 2020. Para a terceira fase, a população de 2021.

O **Mapa 6** apresenta a cobertura do Auxílio Emergencial, relativo ao tamanho da população de cada Região de Desenvolvimento. Na primeira fase do benefício, as regiões com mais beneficiários proporcionalmente à sua população estimada foram Reentrâncias Maranhenses (43,8%), Baixo Parnaíba Maranhense (41,9%) e Lençóis Maranhenses (41,6%).

A região das Reentrâncias continuou figurando como a que possuía maior cobertura (35,8%) na segunda fase, seguida de Lençóis Maranhenses (34,2%) e Serras (33,8%).

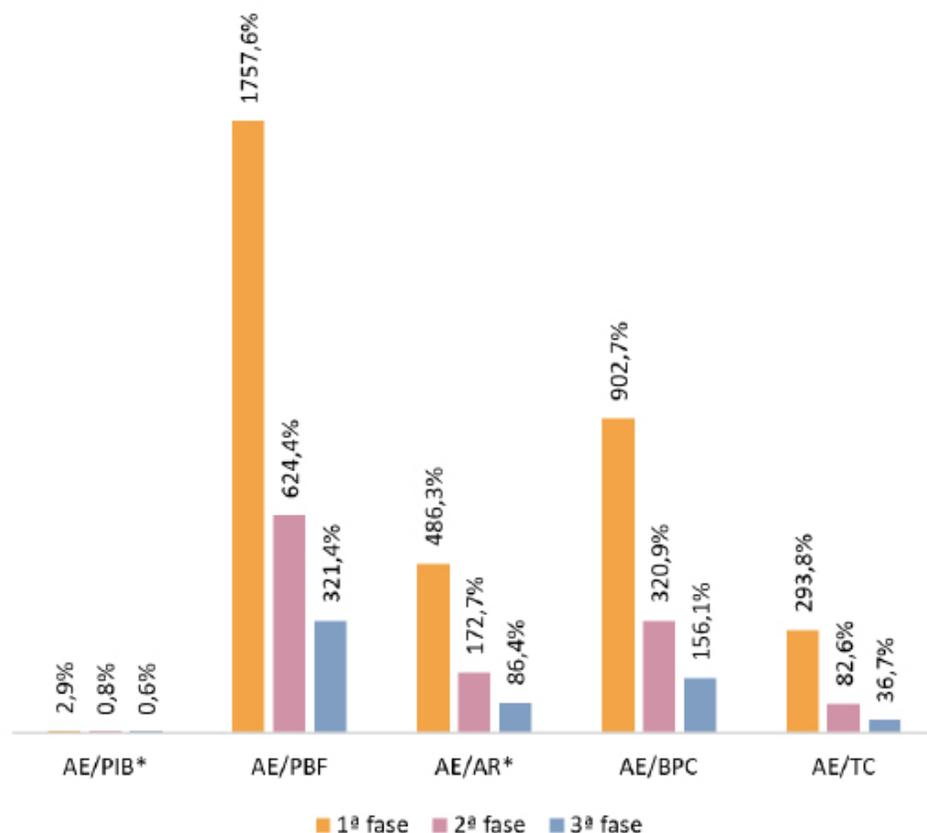
Na terceira e última fase, a região das Reentrâncias, embora tenha continuado com uma expressiva cobertura (21,4%), foi ultrapassada pelo Médio Parnaíba Maranhense (22,1%) e seguida pela Metropolitana de São Luís (21,3%).

Serrano do Maranhão e Cururupu foram os destaques, dentro da região das Reentrâncias Maranhenses, haja vista que estiveram acima da média regional em todas as fases, sendo que, na primeira, Serrano do Maranhão chegou a apresentar cobertura de 52%.

Nos Lençóis Maranhenses, destacam-se: Barreirinhas e Paulino Neves. Em Baixo Parnaíba Maranhense, por sua vez, observou-se que pouco mais da metade da população do município de Afonso Cunha recebeu auxílio na primeira fase (50,3%); 43,6% na segunda fase; e na terceira (26,7%).

## PIB, TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E TRANSFERÊNCIAS CONDICIONADAS DE RENDA

Gráfico 10 – Valor total aprovado pelo Auxílio Emergencial em relação ao PIB e média mensal em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, no Brasil (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do VISDATA 3 Beta/Ministério da Cidadania (dados baixados em janeiro de 2022); Ministério do Trabalho e Previdência (dados baixados em janeiro de 2022); Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

\*PIB 2020 para o cálculo da primeira e segunda fase e PIB 2021 para terceira fase.

\*Os valores da Aposentadoria Rural de dezembro de 2020 foram utilizados para o cálculo da primeira e segunda fase e dezembro de 2021 para a terceira fase.

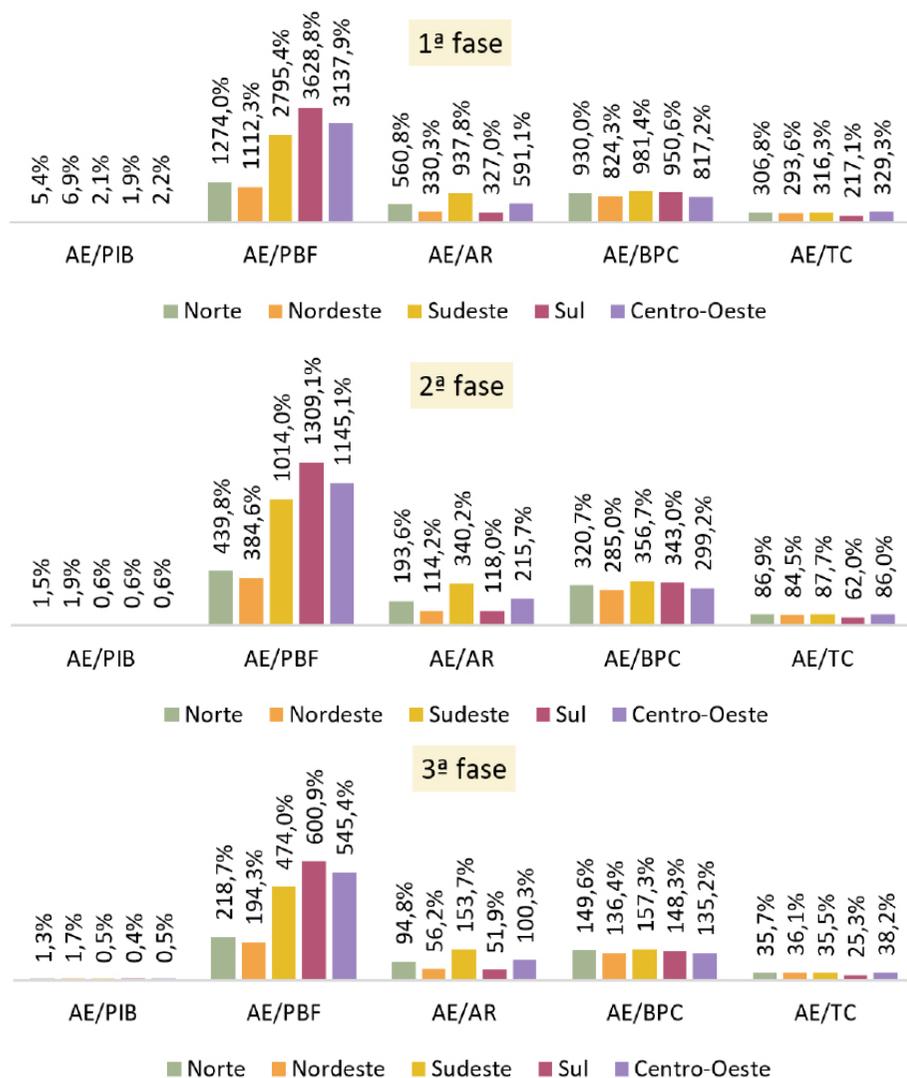
O valor total de R\$ 282,8 bilhões transferido durante as duas primeiras fases, pelo Auxílio Emergencial (abr/20 a dez/20), correspondeu a 3,8% do PIB brasileiro de 2020, afirmando o impacto econômico do auxílio no país. Em 2021, o valor de R\$ 56,4 bilhões transferido durante a terceira fase (abr/21 a out/21) impactou em 0,6% o PIB do país neste ano.

O **Gráfico 10** mostra o impacto do Auxílio Emergencial em relação ao PIB e algumas transferências, nas três fases do benefício. Na primeira fase, o valor total aprovado pelo Auxílio Emergencial de R\$ 220,2 bilhões representou: 2,9% do PIB de 2020; 1.757,6% do valor mensal do Programa Bolsa Família (PBF); 486,3% do valor mensal da Aposentadoria Rural; 902,7% da média mensal do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e 293,8% da média mensal das Transferências Constitucionais (TC).

Já na segunda fase do Auxílio Emergencial, o valor total aprovado de R\$ 62,6 bilhões representou menos de um terço do valor da primeira fase. Na segunda fase, o AE representou 0,8% do PIB do ano 2020. A média mensal dessa fase representou 624,4% do PBF de março de 2020; 172,7% da Aposentadoria Rural de dezembro de 2020; 320,9% da média mensal de setembro de 2020 a dezembro de 2020 do BPC; e 82,6% da média mensal de setembro de 2020 a dezembro de 2020 das TC.

A média mensal desse período representou 321,4% do PBF de março de 2020; 86,4% da Aposentadoria Rural de dezembro de 2021; 156,1% da média mensal de abril de 2021 a outubro de 2021 do BPC; e 36,7% da média mensal de abril de 2021 a outubro de 2021 das Transferências Constitucionais.

Gráfico 11 - Valor total aprovado pelo Auxílio Emergencial em relação ao PIB e **média mensal** em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas Grandes Regiões (%)



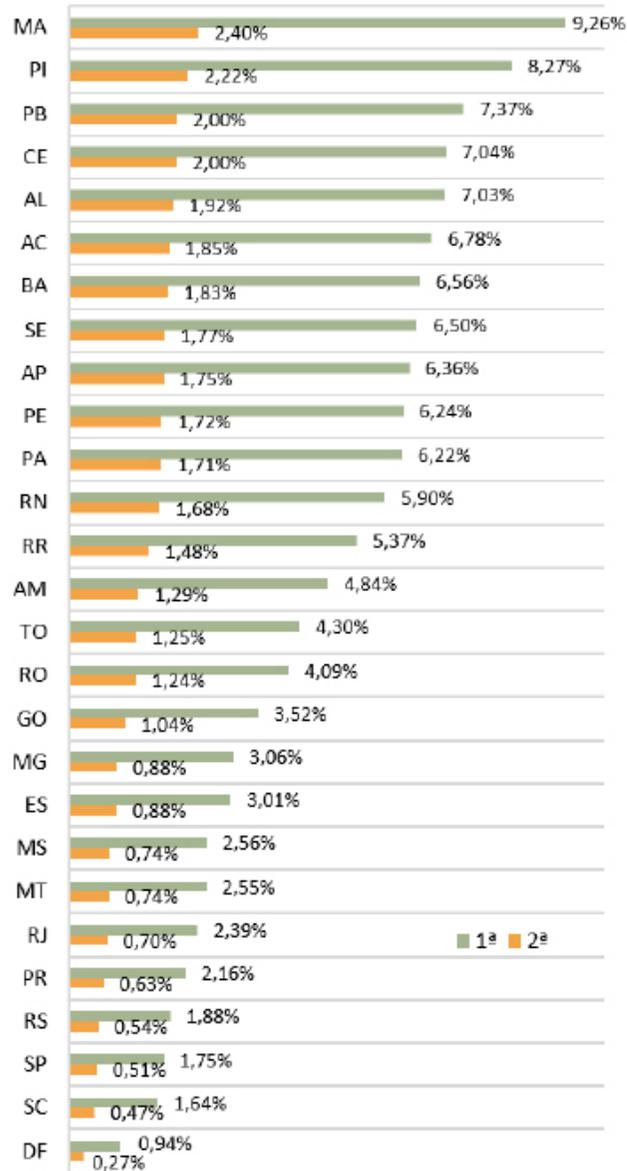
Para as Grandes Regiões, seguiu-se a mesma análise feita para o Brasil, relacionando o valor do Auxílio Emergencial com o PIB, PBF, Aposentadoria Rural, BPC e Transferências Correntes.

A maior proporção do AE em relação ao PIB foi no Nordeste, chegando a representar 6,9% do PIB na primeira fase. Em relação ao PBF, destacaram-se o Sul e o Centro-Oeste. Em se tratando da Aposentadoria Rural, o Sudeste e o Centro-Oeste alcançaram os maiores percentuais. Considerando o BPC, o Sudeste também se destacou nas três fases. Em relação às Transferências Constitucionais, na primeira fase, destacaram-se o Centro Oeste, Sudeste e Norte (**Gráfico 11**).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do VISDATA 3 Beta/Ministério da Cidadania (dados baixados em janeiro de 2022); Ministério do Trabalho e Previdência (dados baixados em janeiro de 2022); Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Nota: PIB 2019

Gráfico 12 - Valor total aprovado, na primeira e segunda fase, em relação ao PIB, nas UFs (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).  
Nota: PIB 2019

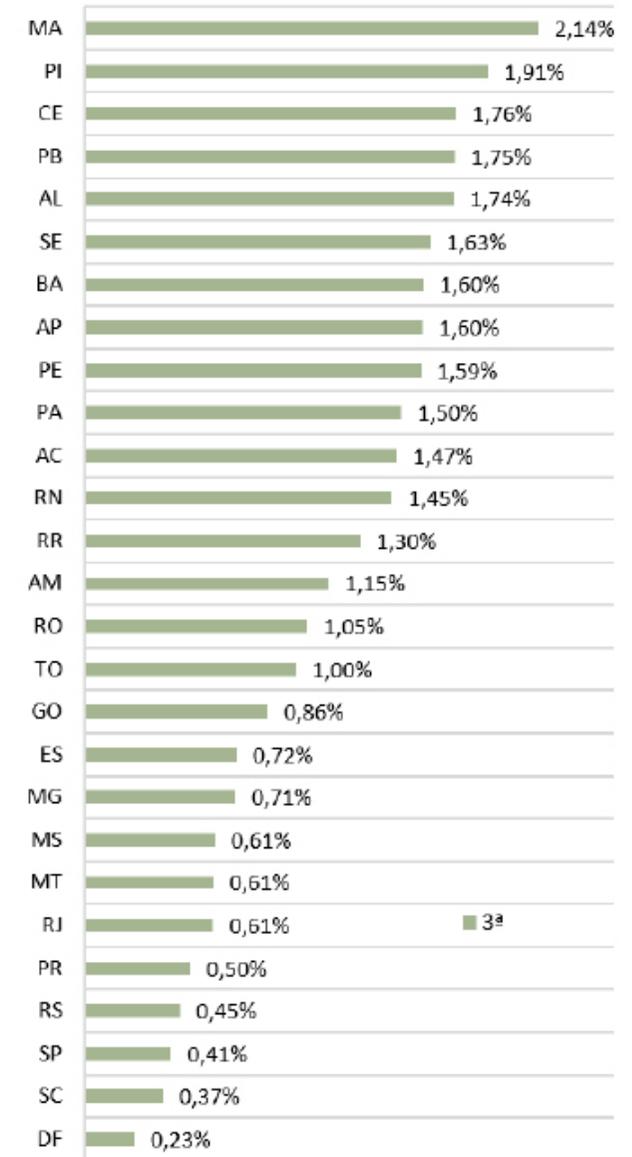
Em todas as fases do Auxílio Emergencial, o recurso do benefício em relação ao PIB foi mais representativo na maior parte dos estados do Nordeste. Na primeira fase, o AE representou 9,26% do PIB do Maranhão; 8,27% do Piauí e 7,37% da Paraíba (Gráfico 12).

Na segunda fase, o AE representou 2,40% do PIB do Maranhão; 2,22% do Piauí e 2,00% da Paraíba e Ceará (Gráfico 12).

Na terceira fase, a relação AE/PIB seguiu a tendência das outras duas fases: Maranhão com participação de 2,14%; Piauí com 1,91%; e Ceará com 1,76% (Gráfico 13).

As federações com as menores participações AE/PIB, em todas as fases do AE, foram Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Gráfico 13 – Valor total aprovado, na 3ª fase, em relação ao PIB, nas UF (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).  
Nota: PIB 2019

Tabela 8 - Média mensal do AE em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas UFs (%)

UF	AE/PBF			AE/AR			AE/BPC			AE/TC		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
RO	3.372,3%	1.282,2%	618,7%	296,7%	112,8%	171,9%	824,4%	313,4%	144,4%	298,2%	100,5%	39,5%
AC	897,8%	2.84,4%	139,5%	511,5%	162,0%	18,0%	785,6%	249,0%	116,9%	328,0%	84,2%	33,1%
AM	1.169,9%	390,8%	199,1%	1.017,2%	339,8%	171,1%	943,2%	315,3%	152,4%	371,1%	103,9%	42,0%
RR	1.561,6%	537,9%	270,1%	835,3%	287,8%	158,7%	1.129,6%	388,2%	179,0%	811,3%	237,1%	99,9%
PA	1.187,6%	409,4%	204,2%	563,2%	194,1%	32,4%	985,9%	338,8%	156,9%	301,6%	82,6%	34,1%
AP	1.309,5%	455,2%	235,0%	1.327,0%	461,3%	5,3%	809,7%	282,1%	135,7%	280,2%	98,7%	50,1%
TO	1.599,6%	575,7%	264,6%	300,2%	108,1%	334,1%	818,1%	294,5%	127,9%	186,1%	52,8%	20,8%
MA	902,9%	293,1%	149,3%	262,1%	85,1%	157,5%	945,1%	307,0%	150,7%	256,8%	72,4%	30,4%
PI	947,0%	316,9%	155,8%	228,4%	76,4%	50,9%	1.069,1%	356,4%	165,2%	256,3%	71,3%	29,7%
CE	1.199,8%	425,5%	213,6%	312,1%	110,7%	59,2%	788,7%	279,0%	131,5%	323,5%	96,0%	40,0%
RN	1.319,8%	470,1%	232,0%	340,1%	121,1%	13,8%	933,6%	331,7%	154,5%	285,0%	81,5%	34,5%
PB	987,6%	334,1%	167,3%	291,8%	98,7%	171,3%	808,5%	272,5%	128,3%	208,7%	58,7%	24,6%
PE	1.193,6%	418,3%	216,9%	452,7%	158,6%	271,4%	753,6%	264,5%	130,6%	379,4%	111,3%	47,5%
AL	1.093,0%	373,8%	193,8%	465,0%	159,0%	36,7%	706,7%	242,0%	119,1%	267,4%	76,6%	33,4%
SE	1.227,9%	436,4%	220,1%	414,0%	147,1%	29,5%	881,3%	311,5%	147,8%	298,3%	85,1%	38,2%
BA	1.169,8%	408,1%	204,1%	336,8%	117,5%	119,0%	809,0%	282,8%	134,0%	302,8%	86,9%	38,0%
MG	2.202,7%	791,7%	365,4%	386,3%	138,8%	168,3%	819,9%	295,8%	129,4%	255,9%	72,1%	28,5%
ES	2.745,2%	1.000,2%	466,6%	459,7%	167,5%	24,1%	1.079,1%	393,4%	170,9%	250,3%	74,0%	29,3%
RJ	2.464,7%	901,6%	445,9%	5.619,3%	2.055,6%	990,6%	1.040,2%	379,4%	174,8%	328,3%	89,5%	34,4%
SP	3.466,3%	1.257,4%	576,0%	1.618,5%	587,1%	538,7%	1.045,2%	380,4%	165,0%	361,4%	98,9%	42,1%
PR	3.538,0%	1.295,5%	580,7%	357,3%	130,8%	247,8%	907,5%	331,7%	140,1%	236,6%	68,6%	28,1%
SC	5.355,7%	1.900,6%	857,1%	341,9%	121,3%	914,1%	1.301,3%	463,2%	196,9%	182,6%	51,8%	20,6%
RS	3.126,4%	1.119,7%	533,1%	292,0%	104,6%	47,5%	860,0%	308,3%	138,2%	221,4%	62,2%	25,8%
MS	2.627,3%	947,1%	450,1%	557,3%	200,9%	28,8%	616,2%	222,4%	100,3%	234,8%	59,3%	26,5%
MT	2.944,4%	1.068,4%	500,5%	449,5%	163,1%	84,6%	824,75	301,1%	134,6%	288,2%	74,1%	30,7%
GO	3.244,8%	1.193,4%	568,9%	534,2%	196,5%	49,8%	893,0%	328,8%	148,4%	298,6%	79,6%	36,4%
DF	3.952,3%	1.439,6%	701,6%	3.181,3%	1.158,7%	79,8%	900,1%	331,2%	152,4%	4.391,1%	1.290,8%	565,9%

As unidades federativas que apresentaram maior dimensão do AE em relação ao PBF foram Santa Catarina e o Distrito Federal. Em relação à Aposentadoria Rural, o Rio de Janeiro foi a UF com maior percentual nas três fases. No que se refere à dimensão do AE em relação ao BPC, destacou-se Santa Catarina novamente. Já em relação às transferências constitucionais, o AE apresentou maior dimensão no Distrito Federal.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do VISDATA 3 Beta/Ministério da Cidadania (dados baixados em janeiro de 2022); Ministério do Trabalho e Previdência (dados baixados em janeiro de 2022); Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022).

Tabela 9 - Posição dos municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior representatividade na relação AE/PIB, na primeira fase do Auxílio Emergencial

1ª FASE								
Rank.	Município	AE/PIB (%)	Rank.	Município	AE/PIB (%)	Rank.	Município	AE/PIB (%)
1º	Serrano do Maranhão	34,0%	33º	Paulino Neves	22,5%	66º	Turiaçu	21,1%
2º	Central do Maranhão	27,7%	34º	Presidente Sarney	22,4%	73º	Brejo de Areia	21,0%
5º	Primeira Cruz	26,7%	35º	Carutapera	22,4%	74º	Buriti	21,0%
6º	Alcântara	25,9%	37º	Timbiras	22,2%	75º	Bacuri	20,9%
7º	Luís Domingues	25,9%	39º	Peri Mirim	22,9%	80º	São Luís Gonzaga do Maranhão	20,8%
8º	Afonso Cunha	25,1%	40º	Penalva	22,0%	83º	Matões	20,7%
10º	São Vicente Ferrer	24,5%	41º	Santo Amaro do Maranhão	21,9%	84º	Anapurus	20,7%
13º	Joselândia	23,9%	43º	Apicum-Açu	21,9%	88º	Bela Vista do Maranhão	20,6%
14º	Cachoeira Grande	23,8%	44º	Cururupu	21,9%	93º	Bacurituba	20,4%
16º	São João Batista	23,6%	45º	Pio XII	21,8%	95º	Fernando Falcão	20,4%
18º	Mirinzal	23,1%	46º	São João do Soter	21,8%	97º	Cedral	20,4%
19º	Cajapió	23,0%	49º	Icatu	21,7%	-	-	-
21º	Humberto de Campos	23,0%	51º	Cajari	21,6%	-	-	-
22º	São Francisco do Maranhão	23,0%	54º	Graça Aranha	21,5%	-	-	-
23º	Bequimão	22,9%	55º	Belágua	21,5%	-	-	-
25º	Palmeirândia	22,9%	57º	Porto Rico do Maranhão	21,4%	-	-	-
27º	São Raimundo do Doca Bezerra	22,7%	58º	Araioses	21,4%	-	-	-
28º	Água Doce do Maranhão	22,7%	60º	Urbano Santos	21,3%	-	-	-
30º	Pedro do Rosário	22,5%	62º	Montes Altos	21,2%	-	-	-
31º	Nova Olinda do Maranhão	22,5%	65º	Cândido Mendes	21,1%	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).  
Nota: PIB 2019

Analisando a proporção do AE sobre os PIBs dos municípios na primeira fase, 51 municípios maranhenses foram elencados entre os 100 municípios brasileiros com maior participação. Com destaque para os municípios de Serrano do Maranhão, com 34,0% e Central do Maranhão, com 27,7%, que ocuparam a primeira e segunda posição no ranking, respectivamente.

Grande parte dos municípios apresentados na **Tabela 9** possui um baixo Produto Interno Bruto (2019), como Bacurituba, São Raimundo do Doca Bezerra, Belágua e Olinda Nova do Maranhão, evidenciando que o Auxílio Emergencial impactou positivamente a renda das famílias desses municípios.

Tabela 10 - Posição dos municípios maranhenses entre os 100 municípios brasileiros com maior representatividade na relação AE/PIB, na segunda e terceira fase do Auxílio Emergencial

2ª FASE			3ª FASE		
Ranking	Município	AE/PIB	Ranking	Município	AE/PIB
4º	Afonso Cunha	6,6%	2º	Serrano do Maranhão	6,6%
5º	Serrano do Maranhão	6,5%	4º	Afonso Cunha	6,0%
6º	Central do Maranhão	6,4%	8º	Central do Maranhão	5,6%
7º	Joselândia	6,2%	9º	Primeira Cruz	5,5%
9º	Graça Aranha	6,0%	10º	São Vicente Ferrer	5,4%
14º	Primeira Cruz	5,8%	13º	Graça Aranha	5,3%
22º	Bequimão	5,7%	14º	Joselândia	5,3%
24º	Araioses	5,6%	15º	Cururupu	5,2%
31º	Mirinzal	5,6%	17º	Mirinzal	5,2%
33º	Alcântara	5,5%	20º	Penalva	5,2%
34º	Água Doce do Maranhão	5,5%	27º	Bequimão	5,1%
35º	São Vicente Ferrer	5,5%	29º	Montes Altos	5,0%
37º	Cururupu	5,5%	30º	Água Doce do Maranhão	5,0%
40º	Montes Altos	5,5%	34º	Bacuri	5,0%
42º	Penalva	5,4%	37º	São Luís Gonzaga do Maranhão	5,0%
53º	Humberto de Campos	5,4%	39º	Luís Domingues	4,9%
54º	São Luís Gonzaga do Maranhão	5,4%	41º	Santo Amaro do Maranhão	4,9%
56º	Bacuri	5,4%	44º	Alcântara	4,9%
71º	Governador Archer	5,2%	49º	Lago do Junco	4,8%
73º	Luís Domingues	5,2%	50º	Humberto de Campos	4,8%
75º	Matões	5,2%	55º	Timbiras	4,8%
76º	Santo Amaro do Maranhão	5,2%	58º	Governador Archer	4,8%
77º	Peri Mirim	5,2%	62º	Peri Mirim	4,7%
78º	Timbiras	5,2%	71º	Araioses	4,7%
91º	São Francisco do Maranhão	5,1%	72º	Matões	4,7%
97º	Lago do Junco	5,1%	77º	Carutapera	4,6%
-	-	-	83º	Paulo Ramos	4,6%
-	-	-	86º	Barreirinhas	4,6%
-	-	-	93º	São Francisco do Maranhão	4,5%
-	-	-	94º	Pedro do Rosário	4,5%

Na segunda fase, ao analisar o *ranking* dos 100 municípios brasileiros com maior participação AE/PIB, observa-se que 26 são maranhenses, com destaque para Afonso Cunha (4º); Serrano do Maranhão (5º); Central do Maranhão (6º), Joselândia (7º) e Graça Aranha (9º).

Já na terceira fase, 30 municípios maranhenses figuraram entre os 100 maiores do país na relação AE/PIB, com evidência para Serrano do Maranhão (2º), Afonso Cunha (4º), Central do Maranhão (9º) e Primeira Cruz (10º). (Tabela 11).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

Nota: PIB 2019

Tabela 11 - Os cinco municípios maranhenses com o maior valor médio mensal do AE em relação aos valores médios mensais do Programa Bolsa Família, das Transferências Constitucionais, da Aposentadoria Rural e do Benefício de Prestação Continuada, em valor percentual (%), na primeira, segunda e terceira fase do Auxílio Emergencial

1ª FASE							
Município	AE/PBF	Município	AE/TC	Município	AE/AR	Município	AE/BPC
Imperatriz	2.869,8%	Santa Inês	1.724,4%	São Raimundo do Doca Bezerra	157.449,5%	São Raimundo do Doca Bezerra	393.559,8%
Porto Franco	2.772,0%	Santa Luzia	1.118,2%	Araguanã	91.897,3%	Bernardo do Mearim	143.219,1%
São Luís	2.275,4%	Presidente Dutra	623,7%	Bernardo do Mearim	35.804,3%	Araguanã	110.489,8%
Açailândia	2.097,5%	Davinópolis	574,8%	Cachoeira Grande	8.595,2%	São Roberto	15.154,5%
Estreito	1.654,3%	São José de Ribamar	393,4%	Trizidela do Vale	2.692,9%	Jatobá	13.182,0%
2ª FASE							
Imperatriz	1.103,0%	Santa Inês	510,1%	São Raimundo do Doca Bezerra	37.312,2%	São Raimundo do Doca Bezerra	37.306,1%
Porto Franco	1.072,1%	Santa Luzia	309,6%	Araguanã	23.124,7%	Bernardo do Mearim	21.698,6%
São Luís	852,4%	Presidente Dutra	185,3%	Bernardo do Mearim	12.205,5%	Araguanã	20.389,0%
Açailândia	775,2%	Davinópolis	166,2%	Cachoeira Grande	1.859,1%	São Roberto	3.862,0%
Estreito	613,3%	São José de Ribamar	126,0%	Trizidela do Vale	962,2%	Jatobá	3.134,5%
3ª FASE							
Imperatriz	533,9%	Santa Inês	238,0%	Araguanã	10.460,8%	Araguanã	10.495,7%
Porto Franco	524,1%	Santa Luzia	151,1%	São Raimundo do Doca Bezerra	6.144,5%	São Raimundo do Doca Bezerra	5.639,3%
São Luís	429,3%	Presidente Dutra	81,8%	Bernardo do Mearim	4.758,9%	Bernardo do Mearim	4.632,2%
Açailândia	384,1%	Davinópolis	79,5%	Cachoeira Grande	513,8%	São Roberto	1.669,8%
Estreito	305,0%	São Luís	52,6%	Monção	503,6%	Jatobá	1.458,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do VISDATA 3 Beta/Ministério da Cidadania (dados baixados em janeiro de 2022); Ministério do Trabalho e Previdência (dados baixados em janeiro de 2022); Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022).

A **Tabela 11** elenca os cinco municípios maranhenses com maiores percentuais do Auxílio Emergencial em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), às Transferências Constitucionais (TC), à Aposentadoria Rural (AR) e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), na primeira, segunda e terceira fase, respectivamente.

Em Imperatriz, o valor mensal do auxílio, em sua primeira fase, chegou a representar 2.869,8% do valor do Bolsa Família e continuou liderando o topo do ranking nas fases posteriores. Os municípios com menor dependência do PBF, em sua maioria, foram os que apresentaram maior proporção do AE em relação do PBF.

A relação AE/TC, por sua vez, apresentou Santa Inês com a maior proporção mensal de auxílio emergencial em relação ao valor médio mensal das transferências constitucionais. Na primeira etapa, o benefício representou 1.724,4% do valor mensal recebido pelas transferências constitucionais; na segunda, representou 510,1%; e na terceira, 238,0%. Essas transferências, dentre outras, compreendem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o FUNDEB.

Já em relação à aposentadoria rural e ao BPC, São Raimundo do Doca Bezerra liderou o ranking entre os municípios maranhenses em quase todas as fases, porque é o município maranhense com menor quantidade de aposentados, apenas 04, em 2021. Apenas na terceira fase, foi ultrapassado pelo município de Araganã.

Tabela 12 - Média mensal do AE em relação ao PBF, AR, BPC e TC, por fase do benefício, nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão (%)

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	AE/PBF			AE/AR			AE/BPC			AE/TC		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Metropolitana de São Luís	1.540,6%	551,3%	281,3%	687,3%	245,9%	119,8%	722,4%	259,2%	127,5%	340,7%	103,4%	43,4%
Amazônia Maranhense	1.369,3%	483,8%	245,4%	276,7%	97,8%	47,9%	984,4%	349,0%	172,9%	204,2%	60,6%	27,5%
Mearim	798,4%	246,7%	127,9%	195,6%	60,4%	31,5%	875,1%	271,4%	135,4%	247,8%	68,2%	29,3%
Gerais de Balsas	1.078,9%	363,6%	183,5%	244,0%	82,2%	41,3%	673,5%	227,1%	109,1%	239,8%	70,6%	29,6%
Serras	856,4%	282,7%	147,4%	249,5%	82,4%	42,2%	1.670,9%	551,3%	271,5%	250,2%	73,4%	30,8%
Lençóis Maranhenses	657,0%	195,9%	100,9%	343,2%	102,4%	52,9%	1.973,9%	587,4%	282,0%	241,4%	64,4%	27,1%
Timbiras	1.096,1%	381,4%	200,4%	234,3%	81,5%	41,7%	911,5%	317,7%	162,6%	243,1%	75,4%	32,2%
Cocais	928,0%	307,9%	159,2%	196,1%	65,1%	33,4%	792,4%	261,6%	133,3%	280,2%	83,5%	34,0%
Alpercatas	584,3%	163,7%	78,9%	185,7%	52,0%	25,4%	2.151,0%	599,4%	266,1%	242,6%	60,2%	23,4%
Reentrâncias Maranhenses	596,1%	170,3%	88,9%	219,1%	62,6%	33,7%	1.317,0%	376,4%	189,8%	247,2%	62,5%	26,8%
Gurupi Maranhense	601,2%	164,8%	82,7%	226,8%	62,2%	31,8%	1.229,2%	336,6%	161,8%	188,6%	45,4%	18,5%
Tocantins Maranhense	1.453,8%	522,3%	257,8%	294,1%	105,7%	51,4%	868,5%	311,4%	146,9%	261,5%	80,0%	32,9%
Médio Itapecuru	649,4%	190,6%	96,2%	245,4%	72,0%	36,8%	1.056,9%	307,5%	149,7%	206,7%	52,7%	21,6%
Médio Mearim	887,9%	289,4%	147,7%	168,4%	54,9%	28,4%	1.122,7%	365,4%	179,4%	205,1%	56,7%	23,0%
Baixada Maranhense	667,6%	193,3%	100,7%	210,7%	61,0%	32,0%	1.067,3%	309,5%	158,9%	238,2%	61,7%	25,9%
Guajajaras	934,4%	312,5%	156,3%	167,1%	55,9%	28,3%	941,6%	314,9%	151,1%	269,0%	79,5%	34,0%
Pindaré	766,0%	231,0%	118,1%	197,0%	59,4%	30,8%	934,6%	282,8%	139,4%	253,9%	63,9%	27,0%
Sertão Maranhense	706,7%	217,8%	111,0%	215,4%	66,4%	29,9%	1.824,7%	569,0%	278,7%	228,5%	62,1%	25,6%
Médio Parnaíba Maranhense	1.033,0%	351,8%	190,0%	363,9%	123,9%	63,0%	1.274,0%	432,7%	221,1%	266,8%	80,8%	34,9%
Delta das Américas	695,3%	210,8%	101,8%	216,0%	65,5%	31,6%	1.558,0%	474,4%	219,9%	236,8%	64,1%	25,1%
Campos e Lagos	605,7%	165,9%	85,2%	192,3%	52,7%	27,1%	1.186,6%	322,8%	158,7%	229,7%	53,0%	23,1%
Baixo Parnaíba Maranhense	530,2%	140,3%	67,6%	210,1%	55,6%	26,8%	1.197,7%	317,6%	147,65	225,4%	53,5%	21,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do VISDATA 3 Beta/Ministério da Cidadania (dados baixados em janeiro de 2022); Ministério do Trabalho e Previdência (dados baixados em janeiro de 2022); Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022).

Na **Tabela 12** é apresentada a relação do AE sobre os indicadores de transferências nas Regiões de Desenvolvimento do Maranhão. A Região Metropolitana de São Luís se destaca com as maiores proporções, enquanto as regiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Guajajaras, Alpercatas, Gerais de Balsas e Região do Gurupi Maranhense apresentam-se com as menores participações.

Tabela 13 - Valor do AE em relação ao PIB, por fase do benefício, nas Regiões de Desenvolvimento (%)

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	AE/PIB		
	1ª fase	2ª fase	3ª fase
Metropolitana de São Luís	5,6%	1,6%	1,4%
Amazônia Maranhense	8,3%	2,4%	2,1%
Mearim	14,7%	3,6%	3,3%
Gerais de Balsas	4,1%	1,1%	1,0%
Serras	14,8%	3,9%	3,6%
Lençóis Maranhenses	21,4%	5,1%	4,6%
Timbiras	13,4%	3,7%	3,4%
Cocais	16,6%	4,4%	4,0%
Alpercatas	14,8%	3,3%	2,8%
Reentrâncias Maranhenses	22,6%	5,2%	4,7%
Gurupi Maranhense	14,1%	3,1%	2,7%
Tocantins Maranhense	5,9%	1,7%	1,5%
Médio Itapecuru	14,6%	3,4%	3,0%
Médio Mearim	6,9%	1,8%	1,6%
Baixada Maranhense	18,0%	4,2%	3,8%
Guajajaras	15,1%	4,0%	3,5%
Pindaré	13,4%	3,2%	2,9%
Sertão Maranhense	14,3%	3,5%	3,2%
Médio Parnaíba Maranhense	13,9%	3,8%	3,6%
Delta das Américas	18,2%	4,4%	3,7%
Campos e Lagos	19,2%	4,2%	3,8%
Baixo Parnaíba Maranhense	18,4%	3,9%	3,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Portal da Transparência do Governo Federal (dados baixados em março de 2022); IBGE (dados baixados em janeiro de 2022).

A **Tabela 13** apresenta a relação AE/PIB nas Regiões de Desenvolvimento, em cada fase do auxílio. Em todas as fases, o Auxílio Emergencial apresentou grande representatividade em relação ao PIB nas Regiões das Reentrâncias Maranhenses e Lençóis Maranhenses, devido ao baixo Produto Interno Bruto (2019) dessas regiões. Por outro lado, a região que apresentou a menor participação na relação AE/PIB foi Gerais de Balsas.

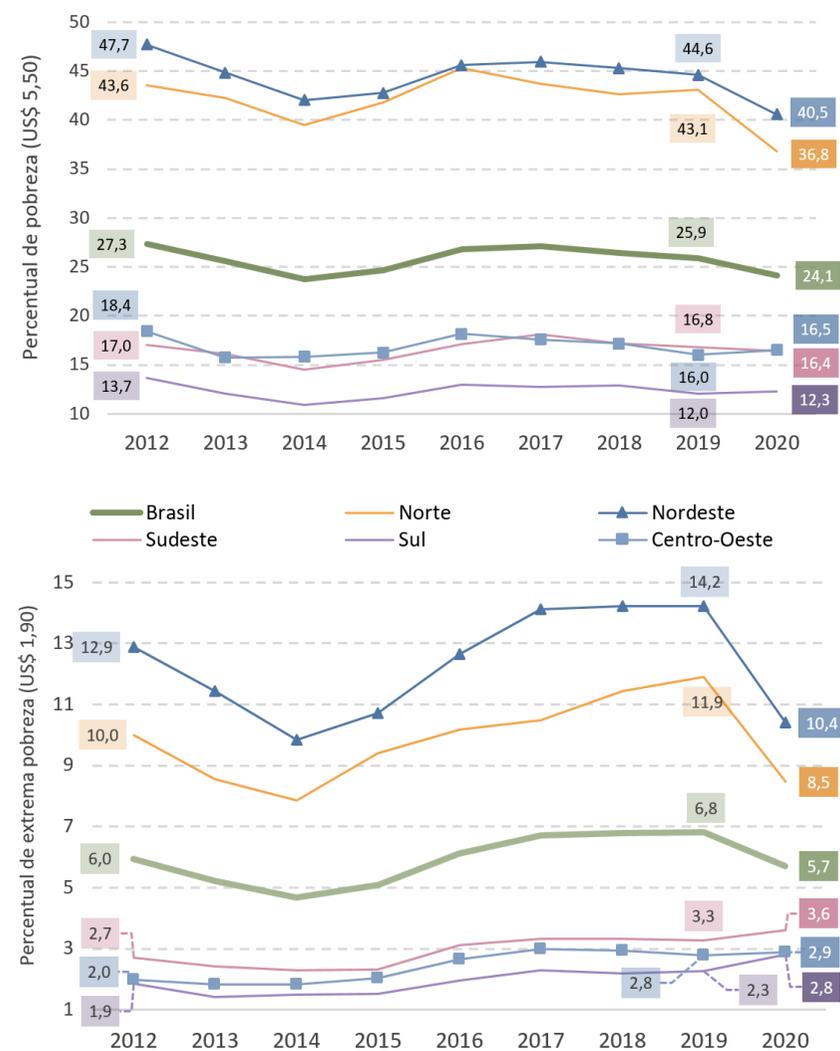
A Região Metropolitana de São Luís, embora tenha apresentado maior volume de recursos recebido em todas as fases, apresentou uma baixa relação AE/PIB devido ao significativo valor do seu PIB.

# 5. POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UFS

## BRASIL E GRANDES REGIÕES

Gráfico 14 - Percentual de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza (%), de acordo com as linhas de US\$ 5,50 e US\$ 1,90, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2020, com destaque para valores de 2012, 2019 e 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

De acordo com a linha de pobreza de US\$ 5,50 para o rendimento domiciliar *per capita*, observou-se que as regiões com maiores percentuais de pobreza foram a Nordeste e a Norte, ao longo de 2012 a 2020. As regiões Centro-Oeste e Sudeste, por sua vez, revezaram o terceiro e o quarto lugar dentre as regiões com maior percentual de pobreza. A região Sul apresentou o menor percentual em todos os anos. (**Gráfico 14**).

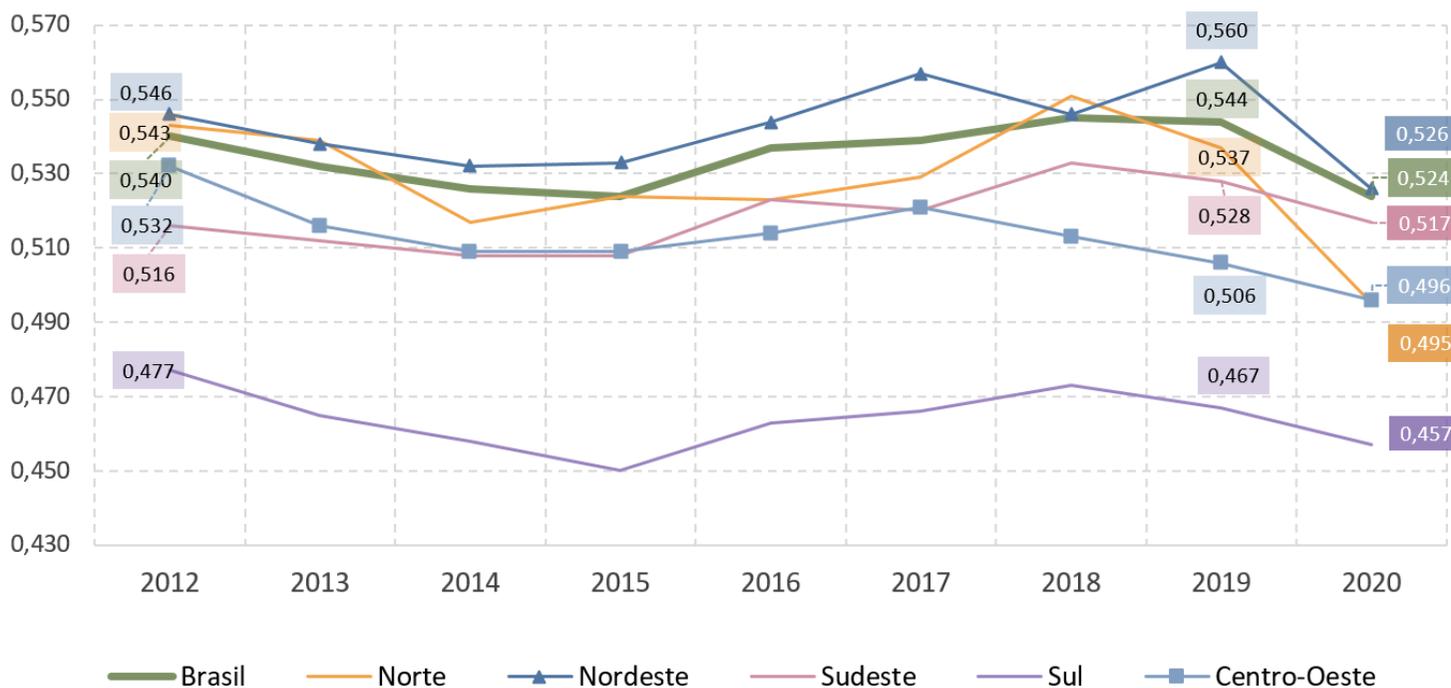
Em 2020, 24,1% dos brasileiros encontravam-se abaixo da linha de pobreza. A região Nordeste liderou o *ranking* das regiões com 40,5% de sua população vivendo abaixo dessa linha, seguida pelo Norte (36,8%), Centro-Oeste (16,5%), Sudeste (16,4%) e Sul (12,3%). As regiões em que o auxílio apresentou maior impacto, Norte e Nordeste, registraram as maiores reduções em seus percentuais ante 2019.

Considerando que a linha de pobreza de US\$ 5,50 diários equivaliu a R\$ 450,00 mensais em 2020 (IBGE, 2020), é possível verificar que os valores da primeira fase do Auxílio Emergencial (R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00) superavam esse valor, assim como um dos valores da segunda fase (R\$ 300,00 e R\$ 600,00). Dessa forma, fica claro o papel do auxílio para atenuar o impacto da pandemia nesse indicador.

Já segundo a linha de extrema pobreza (US\$ 1,90), observou-se uma redução no percentual de pessoas abaixo dessa linha ao longo dos primeiros três anos da série iniciada em 2012 (**Gráfico 14**). Entre 2017 e 2019, a maioria das regiões e o Brasil apresentaram uma estabilidade nesse indicador, exceto a região Norte, na qual se acusou um aumento.

Em 2020, o percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza (US\$ 1,90) no Brasil foi de 5,7%. Já na região Nordeste, 10,4% de sua população encontrou-se nessa situação, seguida pela região Norte (8,5%), Sudeste (3,6%), Centro-Oeste (2,9%) e Sul (2,8%).

Gráfico 15 - Índice de Gini<sup>1</sup> da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, no Brasil e nas Grandes Regiões, de 2012 a 2020, com valores em destaque em 2012, 2019 e 2020



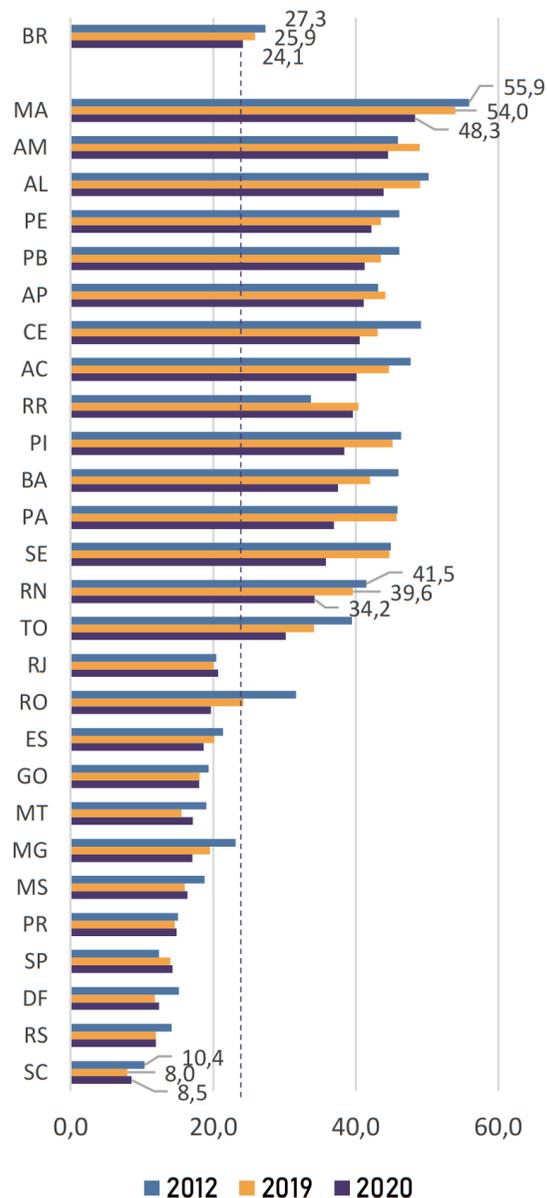
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

A região Nordeste apresentou a maior desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* medida pelo índice de Gini, no período de 2012 a 2020, com exceção do ano de 2018, quando a região Norte apresentou maior índice (**Gráfico 15**). Ao longo dos anos, a mudança que mais chamou atenção foi a redução da desigualdade na região Centro-Oeste, a qual começou a série com 0,532, em 2012 e chegou a 0,496, em 2020. Em 2016, ficou inferior à do Sudeste pela primeira vez e chegou a 0,496 em 2020.

Em 2020, houve uma redução abrupta da desigualdade no Brasil (-0,020) e, em todas as Regiões, especialmente no Norte (-0,042) e no Nordeste (-0,034), resultado atribuído em parte ao Auxílio Emergencial (IBGE, 2021).

A título de comparação, o índice de Gini do Brasil em 2020 foi de 0,524 e os países com os melhores índices, de acordo com os dados mais recentes, foram a Eslováquia (0,232), a Bielorrússia (0,244) e a Eslovênia (0,244). Esses países apresentaram uma estrutura menos desigual na distribuição de rendimentos domiciliares. Os piores índices, por seu turno, foram observados na África do Sul (0,630), Namíbia (0,591) e Zâmbia (0,571) (WORLD BANK, 2022).

Gráfico 16 - Percentual de pessoas em situação de pobreza (%), abaixo da linha de US\$ 5,50, no BR e nas UFs, em 2012, 2019 e 2020



Entre 2012 e 2019, as UFs que mais reduziram seus percentuais de pobreza foram Rondônia (-7,4 pontos percentuais), Ceará (-6,1 p.p.) e Tocantins (-5,3 p.p.). Já os maiores aumentos foram em Roraima (+6,7 p.p.), Amazonas (+3,1 p.p.) e São Paulo (+1,6 p.p.).

Já em 2020, observou-se que houve uma redução no nível de pobreza em todas as UFs do Norte e do Nordeste, sobressaltando-se Sergipe (-8,9 p.p.), Pará (-8,8 p.p.) e Piauí (-6,7 p.p.). Vale notar que foi nessas regiões que o auxílio emergencial mais possuiu impacto, seja em termos de população ou de PIB.

As que mais registraram crescimento foram, por sua vez, Mato Grosso (+1,6 p.p.), Rio de Janeiro (+0,7 p.p.) e Distrito Federal (+0,6 p.p.).

Ceará (-1,0 p.p.), Rondônia (-0,6 p.p.) e Distrito Federal (-0,2 p.p.) registraram as maiores reduções em seus percentuais de extrema pobreza entre 2012 e 2019. Os maiores aumentos foram observados em Roraima (+5,3 p.p.), Acre (+3,9 p.p.) e Alagoas (+3,9 p.p.).

Quase todas as UFs do Norte e do Nordeste registraram melhoria nesse indicador em 2020. Por outro lado, Amapá (+2,1 p.p.), Paraná (+1,1 p.p.) e Rio de Janeiro (+1,1 p.p.) apresentaram piora.

Dentre todas as unidades da federação, o Maranhão se destacou como o estado com maior redução no percentual de extrema pobreza em 2020 (-6,9 p.p.), seguido pelo Ceará (-6,7 p.p.) e o Piauí (-5,1 p.p.)

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

Nota: Destacaram-se no gráfico os valores das UFs que apresentaram o maior e o menor valor do Brasil, bem como o menor valor do Nordeste e o valor do Maranhão.

Gráfico 17 - Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza (%), abaixo da linha de US\$ 1,90, no BR e nas UFs, em 2012, 2019 e 2020

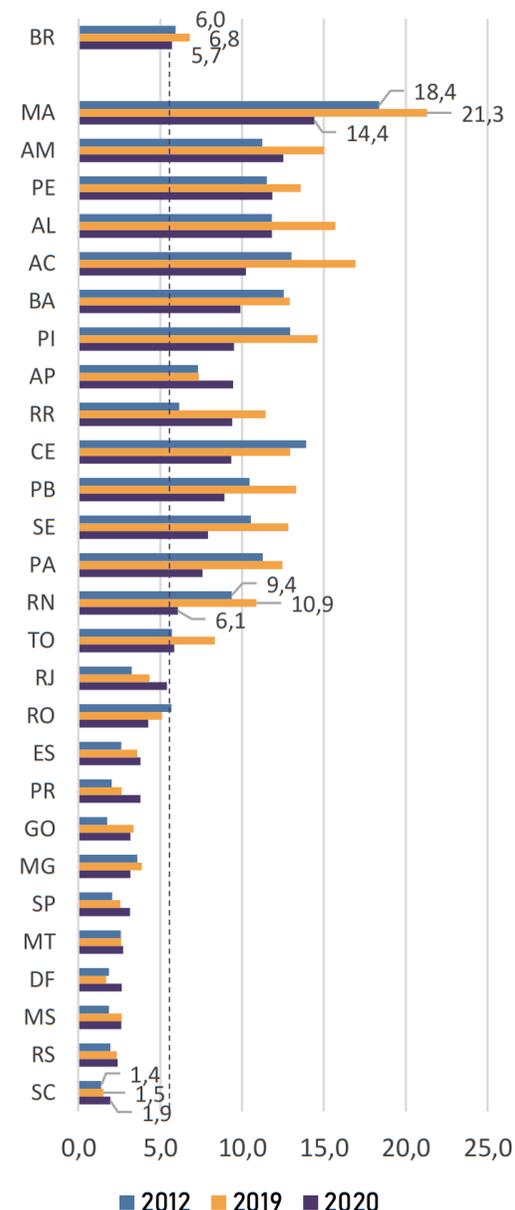
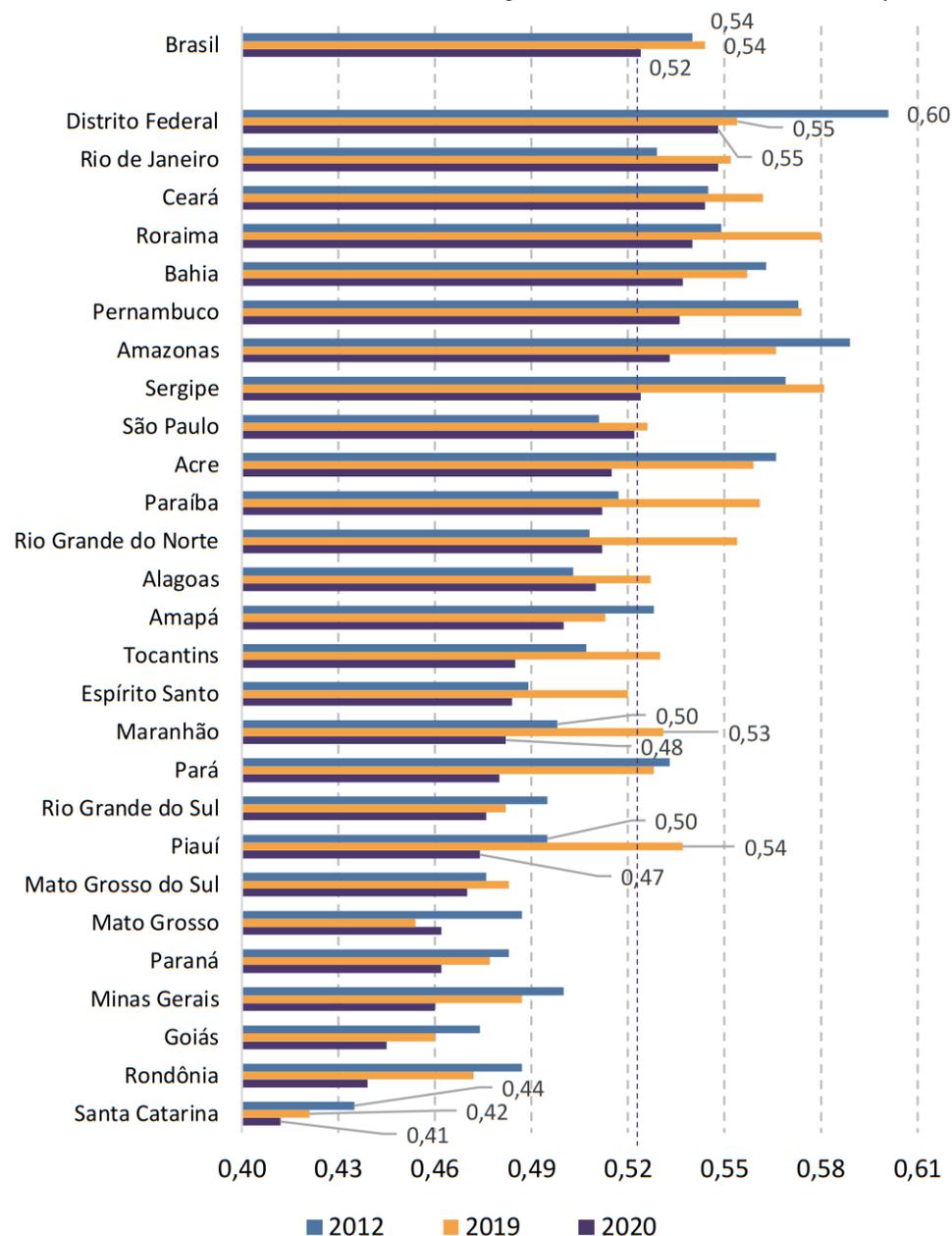


Gráfico 18 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, no Brasil e nas Unidades Federativas, em 2012, 2019 e 2020

Uma característica do índice de Gini é que alterações nesse indicador são melhor percebidas em longo prazo. Por esse motivo, escolheram-se para analisar as UFs, os anos de 2012, 2019 e 2020.

Entre 2012 e 2019, as Unidades Federativas que mais reduziram seu índice de Gini foram: Distrito Federal (-0,047), Mato Grosso (-0,033) e Amazonas (-0,023). Os maiores agravos foram no Rio Grande do Norte (+0,046), Paraíba (+0,044) e Piauí (+0,042).

Em 2020, por sua vez, todas as UFs apresentaram uma redução na desigualdade, com exceção de Mato Grosso, que registrou um aumento de 0,008. As UFs que mais reduziram foram: Piauí (-0,063), Sergipe (-0,057) e Maranhão (-0,050).

Nesse último ano da série, as Unidades da Federação que apresentaram maior desigualdade, segundo o índice de Gini, foram: Distrito Federal (0,54831), Rio de Janeiro (0,54827) e Ceará (0,544). Por outro lado, os menores níveis foram verificados em Santa Catarina (0,412), Rondônia (0,439) e Goiás (0,445).

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE

Nota: Destacaram-se no gráfico os valores das UFs que apresentaram o maior e o menor valor do Brasil, bem como o menor valor do Nordeste e o valor do Maranhão.

# 6. | AÇÕES DO GOVERNO DO MARANHÃO E DE OUTRAS UFS

## AUXÍLIOS EMERGENCIAS DISPONIBILIZADOS PELAS UNIDADES FEDERATIVAS

Durante o agravamento da pandemia provocada pela Covid-19 e a necessidade de medidas restritivas mais rigorosas, muitos governos estaduais criaram Auxílios Emergenciais estaduais para mitigar os efeitos da pandemia nos grupos populacionais mais afetados pela crise sanitária, a saber: comércio (bares e restaurantes, por exemplo), classe artística, desempregados, pessoas em situação de extrema pobreza, entre outros. Esses auxílios estaduais foram complementares ou excludentes ao Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Fez-se um levantamento, por meio de notícias coletadas na web, sobre os auxílios emergenciais estaduais e, a partir do que foi identificado, o Maranhão foi o segundo maior em quantidade de AE estaduais (13), ficando atrás somente de São Paulo (20), e cinco estados lançaram apenas uma modalidade de AE estadual.

No Maranhão, observou-se tanto a criação de auxílios como a expansão de programas já existentes, com uma modalidade especial em virtude da pandemia, como: auxílio para bares e restaurantes, que disponibilizou R\$ 1.000,00 para donos de bares, restaurantes e lanchonetes; e auxílio para guias de turismo, cujo setor foi um dos mais atingidos pela crise, com repasse de R\$ 600,00 para compensar os reflexos das medidas restritivas. O Governo do Estado expandiu e criou novos programas, destinados a diferentes tipos de público-alvo e em valores variados, como: Plano Celso Furtado, que alcançou um grande número de geração de empregos na pandemia; Programa Cheque Minha Casa; Programa Mutirão Rua Digna; Programa Minha Casa Melhor; Aluguel no Centro; distribuição de cestas básicas pelo Programa Comida na Mesa; jantares a R\$ 1,00 nos Restaurantes Populares; distribuição de kits de higiene; ampliação do Programa Mais Renda; Programa Maranhão Forte; bolsa de R\$ 250,00 pelo Programa Agente Jovem Ambiental; bolsa de R\$ 300,00 pelo Programa Agente de Desenvolvimento Rural Quilombola; ações sociais pelo Projeto de Trabalho Técnico e Social, entre outros.

Logo abaixo, segue a relação dos Auxílios Emergenciais estaduais identificados. Antes de analisá-los, é importante atentar para os seguintes pontos:

- Conforme anunciado em portais de notícias e oficiais dos respectivos governos e de notícia;
- Leva-se em consideração somente os auxílios criados ou disponibilizados cuja motivação tenha sido como forma de combate aos impactos da pandemia da Covid-19, sob forma de transferência direta de renda;
- Não estão sendo contabilizados os auxílios sob forma de linha de crédito aos empreendedores;
- Não estão sendo considerados auxílios sob forma de cofinanciamento;
- Não estão sendo considerados os auxílios provenientes de recursos da União;
- São Paulo criou o programa “Bolsa do Povo”, que unificou projetos já existentes e destinou auxílio emergencial para várias categorias sociais;
- Pernambuco criou o “AE Ciclo Carnavalesco” e “AE Ciclo Junino” com valores que variam de R\$ 3.000 a R\$ 15.000.

# NORDESTE

## MARANHÃO (MA)

1. Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado
2. Auxílio aos catadores de material reciclável;
3. Auxílio para bares e restaurantes;
4. Auxílio aos artistas da Grande Ilha;
5. Auxílio para guias de turismo;
6. Auxílio aos transportes turísticos;
7. Auxílio aos trabalhadores do setor de eventos;
8. Auxílio combustível aos taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativos;
9. Vale gás;
10. Auxílio para agências de viagens;
11. Auxílio Cuidar;
12. Auxílio aos servidores estaduais;
13. Auxílio ao setor cultural (Lei Aldir Blanc).

## PIAÚÍ (PI)

1. Piauí Auxílio (Auxílio do setor de eventos);
2. Cartão Sasc Emergencial;
3. Cartão Pro Social;
4. Auxílio 'Merenda em Casa'.

## BAHIA (BA)

1. Programa Estado Solidário;
2. Bolsa Presença;
3. Vale-alimentação estudantil;
4. Bolsa de monitoria Mais Estudo;
5. Conectar – Qualificação e Trabalho;
6. Auxílio excepcional e temporário aos profissionais de saúde.

## CEARÁ (CE)

1. Auxílio cesta básica;
2. Auxílio aos profissionais desempregados do setor de bares, restaurantes e alimentação fora do lar;
3. Auxílio financeiro aos profissionais do setor de eventos;
4. Vale Gás Social;
5. Programa Auxílio Catador;
6. Auxílio aos profissionais de saúde do Ceará diagnosticados com Covid-19;
7. Vale Alimentação estudantil.

## RIO GRANDE DO NORTE (RN)

1. Programa RN Acolhe.

## PARÁIBA (PB)

1. Prorrogação e reajuste emergencial do Cartão Alimentação.

## PERNAMBUCO (PE)

1. Auxílio Emergencial Ciclo Carnavalesco de Pernambuco;
2. Auxílio Emergencial Ciclo Junino de Pernambuco;
3. 13º do Bolsa Família;
4. Cartão Alimentação Escolar.

## ALAGOAS (AL)

1. Cartão CRIA;
2. Auxílio Alimentação Escolar.

## SERGIPE (SE)

1. Cartão Mais Inclusão – CMAIS.

# NORTE

## RORAIMA (RR)

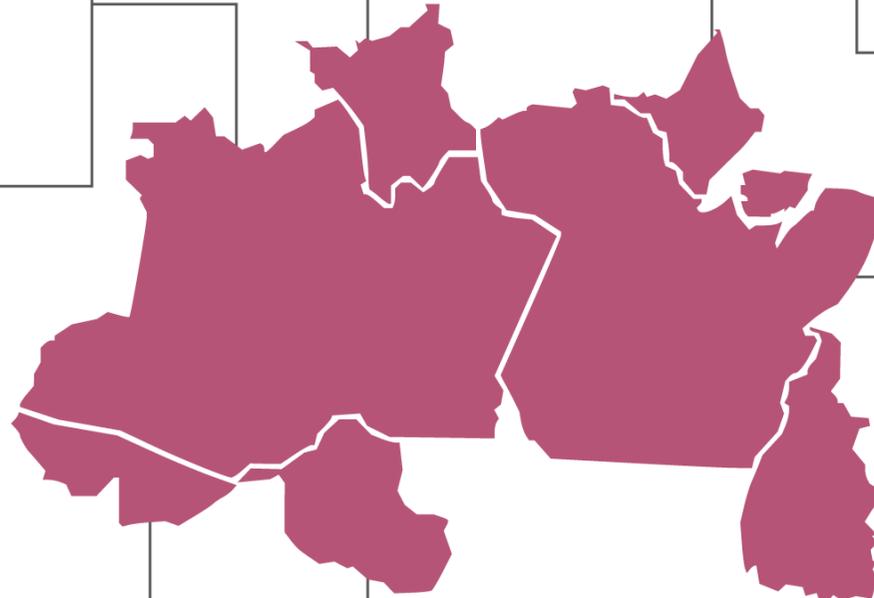
1. Programa Cesta da Família;
2. Programa Auxílio Empreendedor.

## AMAZONAS (AM)

1. Auxílio Estadual;
2. Auxílio Estadual da Cultura;
3. Auxílio Estadual do Turismo;
4. Auxílio Estadual do Esporte;
5. Programa Apoio Cidadão.

## AMAPÁ (AP)

1. Renda Cidadã Emergencial 2020;
2. Renda Cidadã Emergencial 2021;
3. Auxílio emergencial para bares, restaurantes, lanchonetes, serviços ambulantes de alimentação e transportadores escolares;
4. Auxílio financeiro emergencial para profissionais em atendimento de saúde.



## PARÁ (PA)

1. Renda Pará 100;
2. Renda Pará 400;
3. Renda Pará 500;
4. Incentiva + Pará;
5. Vale Gás;
6. Vale Alimentação Escolar;
7. Programa reencontro com a Escola.

## ACRE (AC)

1. Auxílio Temporário de Emergência em saúde;
2. Programa Auxílio do Bem

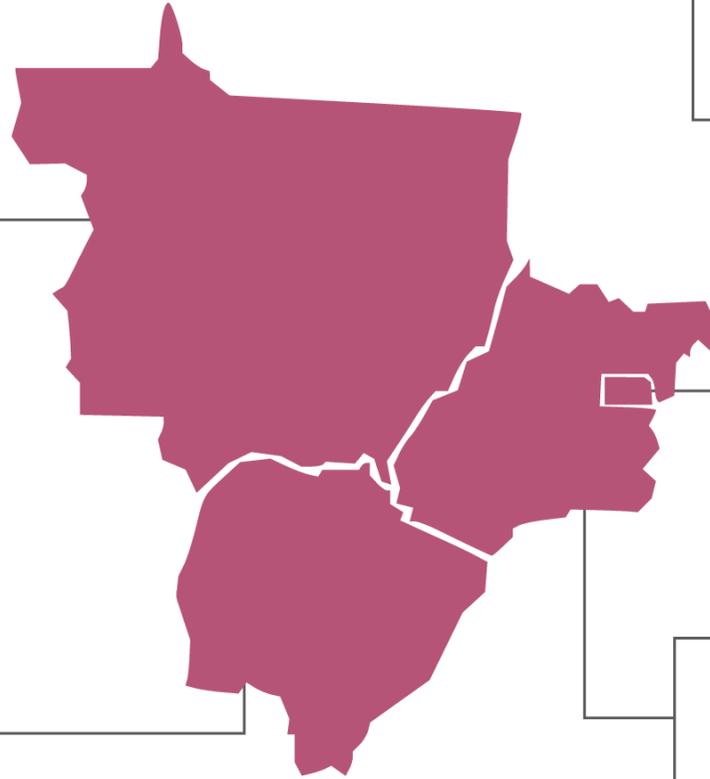
## RONDÔNIA (RO)

1. AmpaRo 2020;
2. AmpaRo 2021;
3. Cartão alimentação escolar.

## TOCANTINS (TO)

1. Vale Gás;
2. Auxílio ao setor cultural.

# CENTRO-OESTE



## MATO GROSSO (MT)

1. SER Família Emergencial.

## MATO GROSSO DO SUL (MS)

1. Programa "Mais Social";
2. Bares, restaurantes e turismo;
3. Cultura;
4. Incentiva + MS Turismo;
5. Programa MS Cultura Cidadã.

## DISTRITO FEDERAL (DF)

1. Programa Renda Emergencial;
2. Programa Prato Cheio;
3. Turismo, taxistas e motoristas de transporte escolar do Distrito Federal;
4. Auxílio de 2020;
5. Bolsa alimentação.

## GOIÁS (GO)

1. Mães de Goiás;
2. Auxílio Alimentação;
3. Bolsas Qualificação;
4. Alfabetizador;
5. Bolsa estudo;
6. Renda cidadã emergencial;
7. Pra Ter Onde Morar - Aluguel Social;
8. Auxílio aprimoramento continuado.

# SUDESTE

## MINAS GERAIS (MG)

1. Programa Renda Minas;
2. Auxílio emergencial mineiro;
3. Bolsa Merenda.

## ESPÍRITO SANTO (ES)

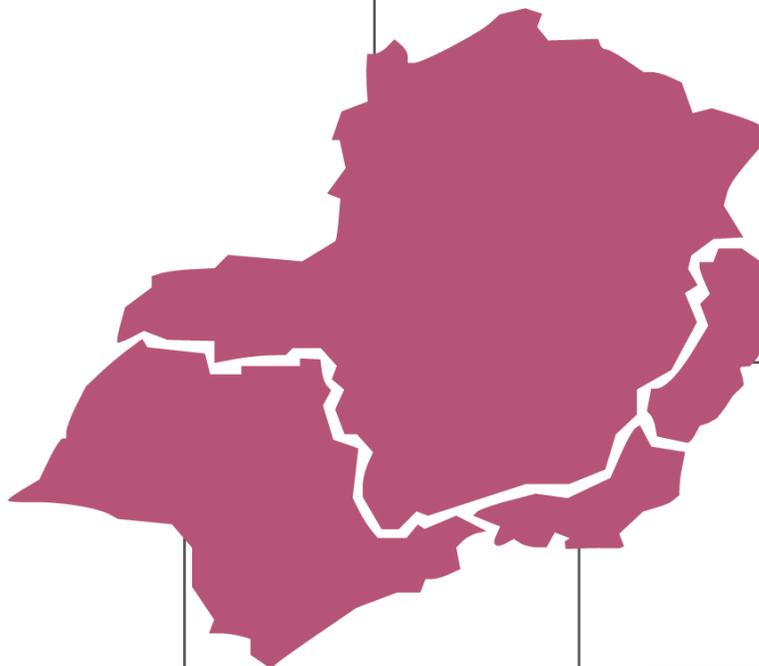
1. Cartão ES solidário.

## SÃO PAULO (SP)

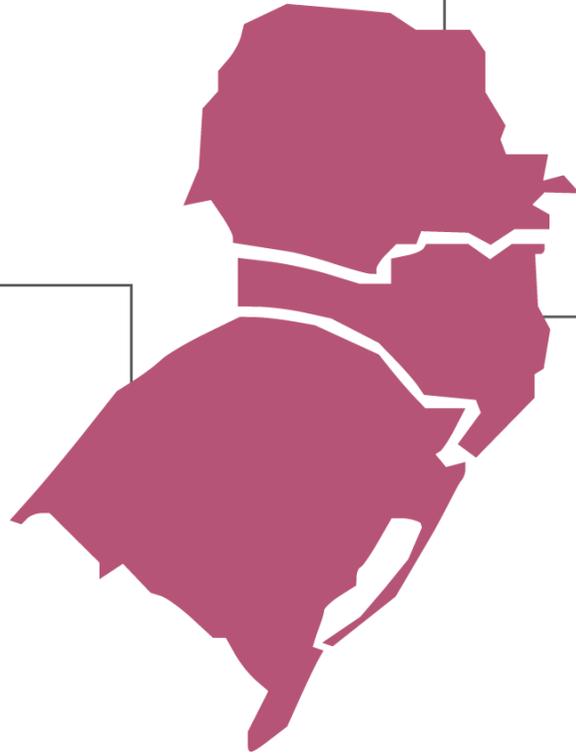
1. Bolsa do Povo;
2. Ação Jovem;
3. Renda cidadã;
4. São Paulo Acolhe;
5. Bolsa Empreendedor;
6. Bolsa Educação Centro Paula Souza – Res-ponsáveis;
7. Bolsa do Povo Educação – Centro Paula Souza – Ação Estudantes;
8. Auxílio Moradia;
9. Bolsa trabalho;
10. Bolsa-Auxílio Novotec Expresso;
11. Bolsa do Povo Educação – Ação Estudantes;
12. Viva Leite;
13. Bolsa – Talento esportivo;
14. Vale Gás;
15. Programa Próspera Família;
16. Bolsa do Povo Educação;
17. Acolhe saúde;
18. VidAtiva;
19. Via Rápida;
20. Merenda em Casa.

## RIO DE JANEIRO (RJ)

1. Supera Rio;
2. Auxílio tecnológico;
3. Vale Gás;
4. Vale alimentação escolar.



# SUL



## SANTA CATARINA (SC)

1. SC Mais Renda;
2. SC Mais Renda Famílias no Cadastro Único;
3. SC Mais Renda Famílias trabalhadores que perderam o emprego na pandemia.

## PARANÁ (PR)

1. Programa de Auxílio Emergencial (PAE);
2. Auxílio emergencial para Microempresas;
3. Cartão Comida Boa.

## RIO GRANDE DO SUL (RS)

1. Auxílio Emergencial Gaúcho;
2. Auxílio Emergencial Gaúcho para mulheres chefes de família;
3. Auxílio Emergencial Gaúcho para empresas simples nacional;
4. Auxílio Emergencial Gaúcho para microem-preendedores individuais;
5. Auxílio Emergencial Gaúcho para trabalhado-res desempregados;
6. Auxílio Emergencial para profissionais do esporte;
7. Auxílio Emergencial de Operação e Custeio do Serviço Público de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros e dos Aglomerados Urbanos do Estado do RS.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enfrentar os efeitos negativos da pandemia de COVID-19 sobre a população e economia maranhense, o Governo do Maranhão lançou uma série de medidas que lhe conferiu o posto de segundo estado com maior quantidade de auxílios emergenciais estaduais implementados, atrás apenas de São Paulo. São exemplos desses auxílios: auxílio aos catadores de material reciclável; auxílio para bares e restaurantes; auxílio para guias e transportes turísticos; Programa Cheque Minha Casa; Programa Minha Casa Melhor, entre muitos outros, além de outras políticas públicas como o Mais IDH.

O Governo do Maranhão também lançou o Plano Emergencial de Empregos Celso Furtado, em agosto de 2020, com o objetivo de retomar a economia e gerar empregos no estado, com destinação de R\$ 558 milhões para serem investidos em obras e compras públicas. O Maranhão terminou 2020 com o melhor desempenho em geração de empregos do Nordeste, com a criação de 81.090 vagas geradas entre os meses de agosto e dezembro, período em vigor do Plano.

No âmbito nacional, o Auxílio Emergencial alcançou pelo menos 64,7 milhões de pessoas e as regiões brasileiras com maior número de beneficiários foram Sudeste e Nordeste, respectivamente. No decorrer das fases, o número de beneficiários do AE reduziu em todo o Brasil, em razão da diminuição do valor das parcelas, do retorno automático de alguns beneficiários ao Programa Bolsa Família, de novos critérios de elegibilidade, além da retomada de beneficiários ao mercado de trabalho.

No Maranhão, o Auxílio Emergencial Federal beneficiou 2,6 milhões de pessoas no decorrer das três fases, sendo a maior parte dos beneficiários, públicos do Bolsa Família. As Regiões de Desenvolvimento do Maranhão em que se constatou as maiores dimensões do AE foram Reentrâncias Maranhenses e Lençóis Maranhenses, possivelmente por possuírem o menor Produto Interno Bruto do estado.

Em 2020, o Maranhão foi o estado com a maior queda no percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza em relação a 2019 (-6,9 p.p.) segundo a PNADC/IBGE. Além disso, apresentou a terceira maior redução na desigualdade, medida pelo índice de Gini. Esse resultado pode ser atribuído às medidas acertadas implementadas pelo Governo do Estado e ao Auxílio Emergencial Federal.

## REFERÊNCIAS

IBGE, 2021. **Rendimento de todas as fontes 2020**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101880_informativo.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

G1, 2020. **Auxílio Emergencial: como liberar a conta bloqueada no aplicativo Caixa Tem**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/22/auxilio-emergencial-como-liberar-a-conta-bloqueada-no-aplicativo-caixa-tem.ghtml>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Governo do Brasil, 2021. **Tire suas dúvidas em 36 perguntas e respostas sobre o Auxílio Emergencial 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/tire-suas-duvidas-em-30-perguntas-e-respostas-sobre-o-auxilio-emergencial>. Acesso em: 21 mar. 2022.

WORLD BANK, 2022. **Gini index (World Bank Estimate)**. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?most\\_recent\\_value\\_desc=false](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?most_recent_value_desc=false). Acesso em: 20 abr. 2022.

Lei Nº 13.982 de abril de 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13982&ano=2020&ato=e4fcXQ61EMZpWT2e6>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Decreto Nº 10.412 de junho de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10412.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.412%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10412.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.412%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso em: 24 abr. 2022.

Medida Provisória Nº 1.000/2020 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Decreto Nº 10.661 de março de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.661-de-26-de-marco-de-2021-310836042>. Acesso em: 24 abr. 2022.

Decreto Nº 10.740 de julho de 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.740-de-5-de-julho-de-2021-330268082>. Acesso em: 24 abr. 2022.

IMESC SEPLAN



boletim  
**SOCIAL**  
do Maranhão

Auxílio Emergencial:  
um balanço após o fim do programa

[www.imesc.ma.gov.br](http://www.imesc.ma.gov.br)